



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HEITOR PESSÔA DE BRITO

MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA PARAÍBA:
uma análise comparativa com o Nordeste e o Brasil
no contexto da crise sanitária da Covid-19

JOÃO PESSOA - PB

2025

HEITOR PESSÔA DE BRITO

MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA PARAÍBA:

uma análise comparativa com o Nordeste e o Brasil
no contexto da crise sanitária da Covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Universidade
Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Wanderleya dos
Santos Farias

JOÃO PESSOA - PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B862m Brito, Heitor Pessoa de.

Mercado de trabalho formal da Paraíba: uma análise comparativa com o Nordeste e o Brasil no contexto da crise sanitária da Covid-19 / Heitor Pessoa de Brito. - João Pessoa, 2025.

74 f. : il.

Orientação: Wanderleya dos Santos Farias.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Mercado de trabalho da Paraíba. 2. Análise comparativa Nordeste. 3. Análise comparativa Brasil. 4. Covid-19. I. Farias, Wanderleya dos Santos. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 33

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Comunicamos à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que o trabalho de conclusão de curso (TCC) do (a) aluno(a) **Heitor Pessoa de Brito**, matrícula **20200124005**, intitulada **MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA PARAÍBA: uma análise comparativa com o Nordeste e o Brasil no contexto da crise sanitária da Covid-19**, foi submetido à apreciação da Comissão Examinadora, composta pelos professores: Dr^a. Wanderleya dos Santos Farias (orientadora), Dr^a. Rejane Gomes Carvalho (examinadora) e Dr. Alysson André Oliveira Cabral (examinador) no dia 05/05/2025, às 10:00 horas, no período letivo 2024.2. O TCC foi aprovado pela Comissão Examinadora e obteve nota (10,0).
 Reformulações sugeridas: Sim () Não ☒

Atenciosamente,


 Prof^a. Dr^a. Wanderleya dos Santos Farias (Orientadora)


 Prof^a. Dr^a. Rejane Gomes Carvalho (Examinadora)


 Prof. Dr. Alysson André Oliveira Cabral (Examinador)

Ciente: 
 Heitor Pessoa de Brito (Aluno)

Documento assinado digitalmente
MÉRCIA SANTOS DA CRUZ
 Data: 09/05/2025 15:57:56-0300
 verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mércia Santos da Cruz
 (Coordenadora da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso)

João Pessoa - PB
 2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade e o privilégio de viver essa jornada.

Agradeço aos meus pais por todo apoio nessa caminhada, como também sou extremamente grato por eles sempre terem acreditado em mim. Ao meu irmão Henrique, sou profundamente grato pelos conselhos e pelo companheirismo constante.

Ao Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado da Paraíba (SEPLAG PB), Gilmar Martins, agradeço imensamente pela oportunidade profissional proporcionada. Minha gratidão também se estende a toda equipe da Gerência Executiva de Desenvolvimento Municipal e Regional (GEDMR), com destaque ao Diretor Executivo, Prof. Jackson Amâncio, e para as minhas Gerentes Simone Olímpio e Janayna Carvalho pela compreensão e pelo exemplo de profissionalismo que sempre transmitem.

Em especial, agradeço à minha orientadora, professora Wanderleya Farias, pelo valioso suporte durante a sua orientação na elaboração deste trabalho. Também expresso minha sincera gratidão à professora Rejane Carvalho e ao professor Alysson Cabral pela participação na banca avaliadora e pelas contribuições enriquecedoras.

Agradeço aos amigos que fiz durante a graduação, especialmente pelas valiosas trocas de conhecimento e pelo apoio ao longo dessa jornada.

RESUMO

O principal foco desse estudo é examinar o comportamento do mercado de trabalho formal na Paraíba no contexto pandêmico e fazer uma análise comparativa com os mercados de trabalho formais do Nordeste e do Brasil. Como referencial teórico, procurou-se dialogar com os estudos que discutem a evolução das bases produtivas e das relações de trabalho nas economias regional e estadual desde a experiência de planejamento regional, em 1959, até a fase mais recente, marcada por crise e instabilidade macroeconômica no país. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é exploratória e descritiva e se ampara na análise de indicadores quantitativos extraídos de fontes oficiais de pesquisa sobre indicadores socioeconômicos e do mercado de trabalho formal. Entre os principais resultados alcançados, constatou-se que a pandemia da Covid-19 ocasionou efeitos adversos para o saldo de emprego formal nos três recortes espaciais e que os setores de Serviços e Comércio foram os mais atingidos em 2020. O setor da Construção civil foi o que amorteceu os impactos da crise pandêmica no nível de ocupação formal, pois reabriu suas atividades ainda em 2020 após um decreto federal que tornava esta e outras atividades econômicas essenciais. Observou-se que, nos anos seguintes, houve uma gradual recuperação do mercado de trabalho com a expansão do estoque de emprego formal nas três áreas geográficas e esse crescimento foi liderado pelo bom desempenho das atividades terciárias e de comércio. No entanto, verificou-se algumas distorções estruturais como a reduzida participação percentual do setor agropecuário na geração de empregos com carteira assinada. Quanto ao perfil de emprego, foi possível notar que os empregos estatutários apareceram de maneira considerável no setor de Serviços em comparação as demais atividades econômicas. Por fim, ao se analisar o rendimento nominal médio dos empregos formais nos nove estados nordestinos, verificou-se que, apesar de ter ocorrido aumentos nos valores estaduais desse indicador, entre 2020 e 2023, os níveis médios de rendimentos gravitaram em torno de apenas dois salários mínimos.

Palavras-Chave: Mercado de trabalho, Covid-19, Paraíba, Nordeste, Brasil.

ABSTRACT

The main focus of this study is to examine the behavior of the formal labor market in Paraíba in the pandemic context and to make a comparative analysis with the formal labor markets of the Northeast and Brazil. As a theoretical framework, we sought to dialogue with studies that discuss the evolution of productive bases and labor relations in the regional and state economies from the experience of regional planning, in 1959, to the most recent phase, marked by crisis and macroeconomic instability in the country. From the methodological point of view, the research is exploratory and descriptive and is based on the analysis of quantitative indicators extracted from official sources of research on socioeconomic indicators and the formal labor market. Among the main results achieved, it was found that the Covid-19 pandemic caused adverse effects on the balance of formal employment in the three spatial areas and that the Services and trade sectors were the most affected in 2020. The Civil construction sector was the one that cushioned the impacts of the pandemic crisis on the level of formal employment, as it reopened its activities in 2020 after a federal decree that made this and other economic activities essential. It was observed that, in the following years, there was a gradual recovery of the labor market with the expansion of the stock of formal employment in the three geographic areas and this growth was led by the good performance of tertiary and trade activities. However, some structural distortions were found, such as the reduced percentage participation of the agricultural sector in the generation of jobs with a formal contract. Regarding the employment profile, it was possible to notice that statutory jobs appeared considerably in the Services sector compared to other economic activities. Finally, when analyzing the average nominal income of formal jobs in the nine northeastern states, it was found that, despite increases in the state values of this indicator, between 2020 and 2023, the average income levels gravitated around only two minimum wages.

Keywords: Labor market, Covid-19, Paraíba, Northeast, Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual do PIB da região Nordeste entre os estados nordestinos no ano de 2021	38
Gráfico 2 - Brasil, Nordeste e Paraíba: taxa de desocupação de pessoas com 14 anos ou mais de idade entre 2013 e 2023 (em %)	40
Gráfico 3 - Saldo de emprego formal total no Brasil, Nordeste e Paraíba entre 2020 e 2023.....	47
Gráfico 4 - Distribuição percentual do estoque de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2020	50
Gráfico 5 - Distribuição percentual do estoque de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2021	52
Gráfico 6 – Distribuição percentual do estoque de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2022	55
Gráfico 7 - Distribuição percentual do estoque de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2023	57
Gráfico 8 - Distribuição percentual da quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2020	59
Gráfico 9 - Distribuição percentual da quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2023	60
Gráfico 10 - Remuneração média nominal dos trabalhadores formais na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2020 e 2023 (em R\$).....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nordeste e estados da região: taxa de variação média anual do valor da produção industrial entre 1959 e 1980	18
Tabela 2 - Participação da quantidade de pessoas ocupadas nas indústrias de transformação estaduais em relação a indústria de transformação do Nordeste em 1980	19
Tabela 3 - Nordeste e Paraíba: quantidade de pessoas ocupadas na indústria de transformação nos anos de 1959, 1970 e 1980	19
Tabela 4 - participação percentual do PIB paraibano nas economias regional e nacional entre 1995 e 2002	21
Tabela 5 - Distribuição dos vínculos de empregos formais e da PEA por estados do Nordeste em 2015	26
Tabela 6 - Distribuição dos vínculos de empregos formais e da PEA por estados do Nordeste em 2019	29
Tabela 7 - Variação relativa do estoque de empregos em 2020 e 2021 entre os estados do Nordeste (%)	30
Tabela 8 - Brasil, Nordeste e Paraíba: Produto interno Bruto nos anos de 2002, 2010 e 2021 (deflator - IGP - DI de 2021)	37
Tabela 9 - Paraíba e mesorregiões: Produto Interno Bruto nos anos de 2002, 2010 e 2021 (deflator - IGP - DI de 2021)	39
Tabela 10 - Saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2020	41
Tabela 11 - Saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2021	43
Tabela 12 - Saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2022	44
Tabela 13 - Saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2023	46
Tabela 14 - Estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2020	49
Tabela 15 - Estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2021	51

Tabela 16 - Estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2022	54
Tabela 17 - Estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2023	56
Tabela 18 - Quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2020 e 2023	58
Tabela 19 - Quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2020	61
Tabela 20 - Quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2023	63
Tabela 21 - Remuneração média nominal dos trabalhadores formais nos estados do Nordeste de 2020 a 2023 (em R\$)	65

LISTA DE SIGLAS

Bacen	Banco Central do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COPOM	Comitê de Política Monetária
COVID-19	Coronavírus Disease 2019
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual – Paraíba
IGP - DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Objetivos.....	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 O planejamento regional: Impactos nas bases produtivas do Nordeste e da Paraíba.....	16
2.2 A agenda neodesenvolvimentista e a condição ocupacional no Nordeste e na Paraíba no período 2003 – 2015.....	23
2.3 A crise macroeconômica e seus reveses sobre o mercado de trabalho nordestino e paraibano até 2019.....	27
2.4 A pandemia da Covid-19 e a dinâmica do emprego formal no Nordeste e na Paraíba (2020 – 2023).....	29
3 METODOLOGIA	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
4.1 Economia Paraibana: dinâmica recente e alguns desafios.....	36
4.2 Saldo de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil: período 2020/2023	41
4.3 Estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil: período 2020/2023.....	48
4.4 Perfil do emprego: celetistas e estatutários (RAIS).....	58
4.5 Nível de rendimento médio nominal	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
6 REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

A participação da economia da Paraíba no Produto Interno Bruto regional e nacional tem sido, historicamente, marcada por uma posição periférica. Segundo Targino, Carvalho e Farias (2019), entre os anos de 2003 e 2016, a posição do PIB paraibano gravitou em torno da 18ª posição entre os estados brasileiros e na 6ª posição em relação à região Nordeste.

Até a década de 1960, conforme os autores citados, a principal atividade econômica estadual era a agropecuária, que detinha mais da metade do PIB paraibano. Essa vocação de economia primário-exportadora é reforçada a partir do perfil da balança comercial da Paraíba nessa fase temporal.

Com a política de desenvolvimento regional liderada pela SUDENE a partir dos anos sessenta, alguns investimentos industriais, principalmente nos segmentos de calçados, têxtil, vestuário e de alimentos, foram instalados na Paraíba. A inserção da base produtiva paraibana à lógica de acumulação do capital industrial em nível nacional, entre os anos de 1970 e 1980, também contribuiu para reestruturação da indústria de transformação estadual e trouxe alguns impactos para o mercado de trabalho paraibano (Farias, 1993).

Para Mendes et al (2012), a evolução histórica da economia paraibana é marcada por heterogeneidades internas, onde se observa níveis de desempenho diferenciados entre as mesorregiões e microrregiões do estado. Por outro lado, os autores também ressaltam que, apesar da Paraíba, nos anos de 1995 a 2007, ter alcançado crescimento nos setores de Serviços e da Indústria, essa expansão não foi suficiente para colocar a economia estadual numa posição de destaque no contexto nordestino.

Na fase mais recente, a economia da Paraíba tem um parque industrial que se caracteriza pela produção de bens de baixa densidade tecnológica (*low tech*) e de média intensidade (*medium tech*), onde aparecem com mais destaque no PIB industrial os setores da indústria alimentícia, têxtil, de bebidas e calçados. Além desse aspecto, o setor de Serviços possui uma elevada participação no PIB estadual (Targino, Carvalho e Farias, 2019).

É oportuno destacar que o nível de complexidade tecnológica afeta diretamente não só a posição de um estado nos contextos nacional e regional bem como as relações construídas entre empresas e trabalhadores. O mercado de trabalho

paraibano exhibe alguns desafios, como por exemplo: baixa proporção de pessoas ocupadas com vínculos formais ativos, principalmente nas mesorregiões da Borborema e do Sertão paraibano, e, no que se reporta à renda proveniente das ocupações de trabalho, os níveis de rendimento médios se concentram mais proporcionalmente nas faixas entre dois e três salários-mínimos (Carvalho e Farias, 2021).

A chegada da crise sanitária da Covid-19 no Brasil, em 2020, ocasionou severos impactos sobre a saúde pública que se estenderam também para a economia. À medida que a pandemia se alastrou na Paraíba, os efeitos nas atividades econômicas foram, na sua maioria, de deterioração do mercado de trabalho. Conforme a PNADC, o nível de ocupação, que representa o percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar, era de 47,4% em 2019, e declinou na Paraíba para 40,3% em 2020. Com o avanço da vacinação e a gradual reabertura dos empreendimentos econômicos a partir de 2021, houve uma tendência de recuperação do desempenho econômico.

A partir dessa contextualização, buscou-se observar quais foram os possíveis rebatimentos da crise sanitária da Covid-19 no comportamento do saldo de emprego formal e no estoque de emprego na Paraíba como também procurou-se analisar a composição dos empregos entre estatutários e celetistas e o nível de rendimento médio nominal.

A pesquisa partiu de dois recortes analíticos, de uma parte, examinou-se a evolução dos vínculos empregatícios formais na Paraíba entre os anos de 2020 e 2023 e, de outra parte, comparou-se o comportamento do mercado de trabalho formal estadual com os mercados de trabalho nordestino e brasileiro na mesma fase temporal. Importante ressaltar que a análise também levou em conta os aspectos macroeconômicos e político-institucionais que interferiram nas oscilações do PIB nacional e no mercado de trabalho no referido período.

Do ponto de vista metodológico, foi realizado um detalhado levantamento de dados trabalhistas disponibilizados em duas plataformas oficiais. De uma parte, foram utilizadas as informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e divulgadas pelo Ministério do Trabalho. A RAIS produz estatísticas sobre as atividades trabalhistas, como quantidade de empregos formais por atividade econômica, região e unidade federativa, número de demissões e contratações, entre outros. A coleta dos referidos dados supriu algumas estatísticas que foram

fundamentais para a análise comparativa que se pretendeu empreender sobre o mercado de trabalho formal a nível estadual, regional e nacional.

É relevante ressaltar que também foram utilizados os dados divulgados pelo Novo Caged no que se refere ao saldo e estoque de emprego formal. Essa plataforma foi criada em 2020 pelo Ministério do Trabalho em substituição ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e responde pela geração de estatísticas do emprego formal por meio de informações captadas dos sistemas eSocial, Caged e Empregador Web.

O trabalho está estruturado em quatro seções além dessa introdução, o segundo capítulo compreende o referencial teórico que serviu de base para o estudo proposto. Nessa seção, dialoga-se com os principais estudos que investigaram as transformações que ocorreram nas bases produtivas e nos mercados de trabalho regional e estadual desde a experiência de planejamento da SUDENE até a fase macroeconômica mais atual. O terceiro capítulo compreende os procedimentos metodológicos que deram suporte para o desenvolvimento da pesquisa como: os instrumentos de coleta de dados e as plataformas oficiais que foram utilizadas e o quarto capítulo apresenta os principais resultados do estudo.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

- Examinar o comportamento do mercado de trabalho formal da Paraíba por atividade econômica entre os anos de 2020 e 2023, no contexto temporal da crise sanitária da Covid-19. Nesse percurso investigativo, serão analisados o saldo de emprego formal, o estoque de emprego, a distribuição entre empregos celetistas e estatutários e a remuneração média nominal na economia estadual comparativamente aos mercados de trabalho formais do Nordeste e do Brasil.

1.1.2 Objetivos específicos

- Analisar a dinâmica da economia Paraibana no contexto recente no que se reporta a contribuição do PIB estadual nas economias regional e nacional bem como a configuração do Valor Adicionado Bruto da Paraíba nas mesorregiões.

- Fazer uma análise comparativa dos possíveis impactos da crise econômica relacionada a pandemia da Covid-19 nos mercados de trabalho formais do estado da Paraíba, do Nordeste e do Brasil no período de 2020 a 2023.
- Analisar o perfil do emprego formal na Paraíba quanto a composição entre empregos celetistas e estatutários e comparar com os respectivos indicadores no Nordeste e no Brasil.
- Observar e discutir as possíveis disparidades no nível de remuneração média nominal do emprego formal entre os estados nordestinos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, serão apresentadas algumas referências teóricas que discutem o desempenho econômico da região Nordeste e da Paraíba desde a implantação da Sudene, em 1959, até 2023, pois desta forma será possível entender as dinâmicas econômicas aos níveis nacional e regional que contribuíram para moldar o mercado de trabalho formal paraibano. Busca-se também demonstrar, como, ao longo do tempo, a maior integração da base produtiva nordestina à economia nacional trouxe impactos diferenciados para a estrutura produtiva dos estados nordestinos.

2.1 O planejamento regional: Impactos nas bases produtivas do Nordeste e da Paraíba

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, conhecido por GTDN, foi criado em 1959 e teve a coordenação de Celso Furtado. O GTDN (1959) constituiu um relatório pioneiro e baseado em dados quantitativos sobre as relações econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul. O referido estudo acentuava as diferenças dos níveis de renda entre essas duas regiões brasileiras e, em contrapartida, propunha uma política de desenvolvimento regional que estimulasse a industrialização da região bem como o aumento da produtividade. Também previa a criação de um centro autônomo regional capaz de autossustentar seu crescimento.

Guimarães Neto (1997) destaca que, após a ocorrência de crises sucessivas na economia açucareira, a região Nordeste, entre o final do Século XIX até a primeira metade do Século XX, passou a se articular comercialmente ao Centro-Sul. Os diferenciais de desenvolvimento entre as regiões já eram evidentes e acentuavam a relação centro – periferia, com efeitos desfavoráveis para a economia e mercado de trabalho nordestinos.

O autor ainda ressalta que, a perda de espaço sofrida pela economia do Nordeste no mencionado período, esteve relacionada a ausência de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento regional. A falta de investimentos em infraestrutura e a insuficiência de políticas governamentais de estímulo ao dinamismo industrial contribuíam para a perda de competitividade econômica do Nordeste.

Portanto, tendo em vista a perda de espaço do mercado interno enfrentada pelo Nordeste, foi preciso que, no início de 1960, o governo federal, através da

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) estimulasse a modernização industrial da referida região e a dinâmica do seu mercado de trabalho através de incentivos fiscais e creditícios (Mecanismo 34/18 FINOR)¹. Os incentivos proporcionados pela Sudene contribuíram para o desenvolvimento econômico regional tendo em vista a construção de grandes complexos econômicos.

Segundo Guimarães Neto (1997), por meio dos incentivos fiscais da Sudene e dos financiamentos proporcionados pelo Banco do Nordeste (BNB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alguns complexos econômicos foram implantados no Nordeste como: o polo industrial de Camaçari, na Bahia, a indústria de tecelagem e metalmecânica em Pernambuco e o polo de confecção do Ceará.

Na percepção de Farias (1993), a modernização da base produtiva industrial nordestina, entre 1959-1980, esteve integrada ao ciclo expansivo do capital industrial observada no país em algumas fases dos anos citados. As políticas econômicas implícitas em alguns governos militares como o Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED (1967-1969; Costa e Silva), o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1969-1974; Médici) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979: Ernesto Geisel) intentavam expandir o PIB do país e modernizar a indústria brasileira mediante o que ficou conhecido como “crescimento com endividamento”.

Essas indústrias, fundadas em estruturas de mercado oligopolistas e portadoras de elevada dotação financeira, passaram também a realizar investimentos em outras áreas do país além da região Sudeste. A região Nordeste se tornou receptora de um expressivo volume de investimentos na indústria de transformação e, desse modo, sua base produtiva industrial se integrou a lógica de acumulação do capital em nível nacional. No entanto, a integração das bases industriais dos estados nordestinos aos investimentos na indústria de transformação vindos do Sudeste não se deu de forma homogênea (Guimarães Neto, 1997; Bacelar, 1997).

Os estados que detinham bases de recursos minerais que se coadunavam à lógica de expansão do capital no contexto nacional receberam maior volume de

¹ “Benefício Fiscal concedido pelo Governo Federal, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/1974, reformulado pela Lei nº 8.167, de 16/01/1991, com modificações introduzidas pela MP nº 2.199-14, de 24/08/2001 (última reedição da MP nº 2.058, de 23/08/2000), e pela Lei nº 14.165, de 10/06/2021, regulamentada pela Portaria nº 1.376, de 10/04/2023, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, para apoio financeiro às empresas sediadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene (Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo).”

inversões. Os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco foram os que lideraram a captação de investimentos com maior grau de complexidade tecnológica, enquanto a Paraíba e demais estados nordestinos detiveram menores participações nos investimentos. Portanto, o espaço nordestino passou a apresentar acentuada complementariedade industrial com o centro dinâmico de acumulação no país (Galvão, 1987; Farias, 1993; Guimarães Neto, 1997; Bacelar, 1997).

É possível observar, nos indicadores contidos na Tabela 1, que houve um considerável crescimento do Valor da Produção Industrial no espaço nordestino entre 1959 e 1980. Alguns estados da região conseguiram exibir taxas de expansão anual mais robustas, o que reforça o caráter diferenciado da integração das economias estaduais às áreas mais desenvolvidas do país.

Tabela 1 - Nordeste e estados da região: taxa de variação média anual do valor da produção industrial entre 1959 e 1980

Estados	Taxa de var. média anual do valor de produção industrial (em %)
Maranhão	8,4
Piauí	10,9
Ceará	10,8
Rio Grande do Norte	8,1
Paraíba	7,1
Pernambuco	8,5
Alagoas	8,9
Sergipe	8,3
Bahia	14,9
Nordeste	10,7

Fonte: Censos Industriais do FIBGE Apud Farias (1993).

A expansão da indústria de transformação nordestina, no período mencionado, trouxe alguns efeitos sobre o nível de ocupação industrial, mas a capacidade de geração de novos empregos formais foi mais expressiva nos estados que receberam os maiores volumes de investimentos industriais advindos dos capitais localizados no Sudeste.

Como é possível visualizar na Tabela 2, os estados que detiveram as maiores participações percentuais, no ano de 1980, no quantitativo de vínculos ativos formais na indústria do Nordeste foram a Bahia (instalação do Polo petroquímico de Camaçari), Pernambuco (instalação de plantas industriais no setor de bens de

consumo duráveis e do porto de Suape) e Ceará (instalação do polo de confecções). Portanto, constata-se o aprofundamento na diferenciação de desempenho econômico entre os estados nordestinos após o planejamento regional.

Tabela 2 - Participação da quantidade de pessoas ocupadas nas indústrias de transformação estaduais em relação a indústria de transformação do Nordeste em 1980

Estados	% de pessoas ocupadas (unidade federativa/Nordeste)
Maranhão	4,5
Piauí	3,0
Ceará	17,9
Rio Grande do Norte	7,3
Paraíba	7,8
Pernambuco	24,6
Alagoas	7,5
Sergipe	4,0
Bahia	23,4
Nordeste	100

Fonte: Censos Industriais do FIBGE Apud Farias (1993).

A integração da base produtiva industrial do Nordeste à acumulação capitalista nacional, ampliou concentração espacial das inversões industriais, tendo em vista que os grandes projetos industriais se direcionaram para os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, assim causando uma diferenciação espacial da produção e do mercado de trabalho regional.

Tabela 3 - Nordeste e Paraíba: quantidade de pessoas ocupadas na indústria de transformação nos anos de 1959, 1970 e 1980

Anos	Paraíba	Nordeste
1959	17.156	208.059
1970	19.190	262.975
1980	41.450	526.713

Fonte: Censos Industriais do FIBGE Apud Farias (1994).

Na Tabela 3, percebe-se que a Paraíba não conseguiu apresentar, em termos relativos, um desempenho próximo ao que foi observado para a indústria nordestina quanto a capacidade de geração de empregos formais entre os anos de 1959 e 1970. Enquanto o quantitativo de empregos com carteira assinada na indústria de

transformação regional cresceu, em termos percentuais, em 26% no período mencionado, a expansão relativa da ocupação formal na indústria de transformação paraibana foi de apenas 12%. A partir dos indicadores analisados por Farias (1993), também é possível constatar que o emprego formal, no referido setor econômico, se expandiu em cerca de 153% a nível regional, entre 1959 e 1980, enquanto na Paraíba, a variação foi de 141%.

Por outro lado, é importante destacar que, após o planejamento econômico regional liderado pela Sudene, houve uma concentração das oportunidades de empregos formais nos estados nordestinos economicamente mais prósperos. A Paraíba captou alguns investimentos industriais, mas se concentraram nos segmentos mais tradicionais como bebidas, alimentos, têxtil e calçados (Farias, 1993).

No Nordeste, entre os anos de 1959 e 1980, a maior parte da produção industrial era destinada para as áreas mais dinâmicas do país, o que revela o fortalecimento das relações interindustriais entre as regiões do país. Como exemplo, pode-se citar o complexo minero-metalúrgico do Maranhão, cuja produção destinava-se, na sua maior parte, para a região Sudeste. Os equipamentos para o complexo industrial maranhense foram importados principalmente do Sudeste, como também foram importados do exterior. Assim, aumentando o fluxo das relações comerciais do Nordeste com outras regiões nacionais e com o mercado exterior.

Oliveira (2021a) acentua que, após os intensos incentivos para o desenvolvimento nordestino, no final da década de 1980 houve uma crise macroeconômica nacional, marcada por hiperinflação, recessão econômica e aumento da dívida externa. Todo esse contexto de crise econômica provocou um declínio nas políticas federais de estímulo ao desenvolvimento regional. Diante da diminuição de incentivos fiscais, em 1990 teve início a “guerra fiscal”, na qual consistiu em uma disputa entre estados e municípios para atrair maiores investimentos e retê-los em seus territórios.

De acordo com Oliveira (2021a), entre os anos de 1992 e 2002, tanto no Brasil quanto no Nordeste, o nível de ocupação apresentou uma queda considerável. A Indústria, a nível nacional quanto regional, sofreu uma diminuição no número de ocupados formais nos anos 1985, 1992 e 2002. Porém, o setor de Serviços exibiu um aumento no número de ocupados no Nordeste e no Brasil, tendo como principal empregador o Comércio varejista. Vale salientar que os empregos formais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são representados pela soma

de empregados com carteira assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira assinada e empregadores.

O planejamento regional trouxe alguns impactos positivos para a criação de empregos e a diversificação econômica no Nordeste. Um dos impactos positivos foi o fato da região nordestina ter conseguido acompanhar o comportamento da taxa de ocupação no país no período entre 1960 e 1975, posteriormente chegando até mesmo a superar a média nacional nos anos de 1975 a 1980. Todavia, o nível de ocupação nos estados nordestinos com bases industriais mais limitadas não apresentou grande crescimento (GUIMARÃES NETO, 1997).

Tabela 4 - Participação percentual do PIB paraibano nas economias regional e nacional entre 1995 e 2002

Anos	Paraíba/ Nordeste	Paraíba/ Brasil	Nordeste/ Brasil
1995	6,1	0,7	12,0
1996	6,1	0,8	12,5
1997	6,2	0,8	12,5
1998	6,3	0,8	12,4
1999	6,3	0,8	12,4
2000	6,4	0,8	12,4
2001	6,6	0,8	12,6
2002	6,5	0,8	13,0

Fontes: IBGE (2009) e Ideme-PB.

Mesmo com o aumento do incentivo à industrialização e com um desempenho satisfatório na taxa de crescimento da economia nordestina, houve uma concentração desses incentivos nas economias baiana, cearense e pernambucana. Além disso, houve concentração de incentivos para indústria de bens duráveis, de capitais e intermediários. Portanto, esse processo de expansão industrial resultou em uma maior heterogeneidade espacial na região nordestina. Segundo a Tabela 4, a participação do PIB paraibano no PIB do Nordeste, entre os anos de 1995 e 2002, gravitou, em média, em torno de 6,3% enquanto a participação no PIB brasileiro foi de apenas 0,78%.

Assim, conforme destaca Bacelar (2002), após a modernização da base produtiva regional, não havia um Nordeste economicamente homogêneo no final dos anos 1990. A autora salienta que, na região, havia três tipos de configurações

econômicas: a primeira era caracterizada pela área que ia do Rio Grande do Norte até Alagoas, onde predominaram as oligarquias da economia açucareira e da pecuária, além de uma emergente burguesia industrial. No entanto, o Ceará se destacava por ter uma economia baseada na combinação de gado, algodão e agricultura de alimentos, o que formava uma oligarquia sertaneja voltada para a acumulação comercial. O segundo tipo de economia ia de Sergipe até Bahia, na qual tinha como característica a presença de portos e de uma burguesia banqueira. Além disso, no interior, havia a predominância da exploração de cana de açúcar e do cacau. Por fim, o terceiro tipo de economia ia do Piauí ao Maranhão, onde havia uma forte tendência à expansão da fronteira agrícola regional (BACELAR, 2002).

Ao examinar o desempenho econômico nordestino entre 1970 e 1992, Bacelar (2002) observou que era notório a dinâmica econômica bastante diferenciada entre os estados da região. Rio Grande do Norte, Maranhão e Ceará tiveram os melhores desempenhos em relação ao PIB total e per capita. Pernambuco e Paraíba apresentaram um crescimento mais lento em relação à média anual de variação do PIB regional, enquanto a Bahia e Pernambuco registraram menor expansão. Além disso, a maioria dos estados da região aumentou sua participação na produção nacional, exceto Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A Bahia destacou-se, elevando sua participação no PIB brasileiro de 3,8% para 5,2% entre 1970 e 1985.

Além dos benefícios alcançados nas relações com o mercado nacional, como já foram mencionados anteriormente, as relações comerciais entre o Nordeste e o mercado internacional também trouxeram alguns avanços para a economia nordestina, tendo como principal exemplo o estado do Maranhão que, em 1975, teve um valor total de US\$ 5,7 milhões nas suas exportações e conseguiu atingir, em 1990, US\$ 443 milhões. Vale salientar que o Nordeste apresentou uma mudança no perfil dos bens exportados, tendo em vista que as exportações dos produtos básicos diminuíram enquanto as exportações dos produtos semimanufaturados e manufaturados apresentaram aumento (BACELAR, 2002).

Apesar da melhoria no desempenho econômico e do maior grau de industrialização, o Nordeste ainda apresentava muita riqueza concentrada. Além disso, as melhorias na qualidade de vida foram limitadas e a crise recente aumentou

inda mais as desigualdades. O índice de Gini² aumentou, assim indicando uma maior concentração de renda, e a pobreza aumentou significativamente, especialmente nas áreas urbanas.

2.2 A agenda neodesenvolvimentista e a condição ocupacional no Nordeste e na Paraíba no período 2003 – 2015

A partir de 2003, observa-se o gradual ressurgimento do debate em torno do papel do Estado como indutor do desenvolvimento. A nível federal, surge uma frente política que passa a defender a importância de uma política macroeconômica de crescimento econômico acompanhada de transferência de renda.

Os programas federais a partir de 2007 ficaram conhecidos como neodesenvolvimentistas, porque buscavam conciliar a expansão econômica com melhoria no padrão de distribuição de renda e, em seus traços mais gerais, faziam conexão com o período desenvolvimentista de 1959 a 1980. No entanto, havia aspectos que diferenciavam essa nova fase, daí o termo “neo” uma vez que as políticas públicas estavam inseridas na lógica do modelo neoliberal (PAULANI, 2017; Orair, Gobetti, 2017).

As políticas públicas federais de estímulo à expansão econômica, durante o período de 2007 a 2015, contribuíram para algumas mudanças na configuração da estrutura produtiva e do mercado de trabalho nordestino. Após o período da “guerra fiscal” que teve início em 1990, o governo federal, nos mencionados anos, passou a implementar ações de estímulo aos investimentos.

Apesar da crise financeira global de 2007/2008 e seus reflexos adversos na economia brasileira, a política fiscal adotada no segundo mandato do governo Lula (2007 – 2010) deu início a um período de recuperação econômica, trazendo impactos positivos para o mercado de trabalho. Um dos instrumentos fiscais utilizados pelo governo federal para estimular o nível de consumo interno, diante da crise sistêmica internacional, foram as desonerações de tributos indiretos. A mudança na orientação da política tributária, que se baseou num pacote de estímulos tributários e creditícios

² É um índice que quantifica a desigualdade de renda ou riqueza em um determinado grupo e aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O índice de Gini varia de 0 a 1, onde 0 representa uma distribuição completamente igualitária (todos têm a mesma quantidade) e 1 representa uma distribuição completamente desigual (uma pessoa possui tudo e os outros nada).

de caráter emergencial para a população, atenuou o impacto recessivo da Grande Crise Financeira (Orair, Gobetti, 2017).

Por outro lado, a retomada dos investimentos públicos federais refletiu a flexibilização do regime fiscal que, no primeiro mandato do governo Lula (2003-2007) esteve comprometido com metas de superávit primário. Houve uma mudança discursiva no executivo federal que, no segundo mandato (2007-2010), passou a propalar e formular políticas socioeconômicas onde o papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico se tornou estratégico. Esse reposicionamento da intervenção do Estado na economia ficou evidenciado na formulação de programas e de grandes projetos de investimentos governamentais (Orair, Gobetti, 2017).

No âmbito do mercado de trabalho, o governo federal firmou um acordo com as centrais sindicais do país para uma regra de reajuste anual do salário mínimo que tomava como base a evolução da inflação e o crescimento real do PIB. Ao lado dessa política de valorização do salário-mínimo, as políticas anticíclicas adotadas pelo governo federal, como a retomada dos investimentos públicos, contribuíram para a expansão do emprego e o crescimento da massa salarial em relação ao PIB (KREIN, MANZANO, 2014).

Vale ressaltar também que o mercado de trabalho permaneceu estável até 2015. Como foi citado anteriormente, um novo discurso desenvolvimentista foi colocado em evidência, no qual enfatizava o compromisso com a geração de empregos, renda e estabilidade macroeconômica durante o final do primeiro mandato de Lula. Porém, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi lançado apenas em 2007 (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Oliveira (2021c), observa-se, nessa fase, uma forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento de grandes projetos industriais a uma taxa de juro subsidiada e o incremento do investimento estatal em infraestrutura. O BNDES constituiu o agente financeiro dos projetos de investimento no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Entre as prioridades do PAC estava o investimento em infraestrutura em áreas como: saneamento básico, habitação, transporte, energia e recursos hídricos por meio de políticas público-privadas e objetivaram melhorar a geração de empregos e diminuir a desigualdade do mercado de trabalho. Alguns estados nordestinos foram

beneficiados com a captação de recursos federais que foram investidos em projetos de infraestrutura econômica e social.

Em relação a distribuição de recursos federais no Nordeste, segundo Oliveira (2016), houve uma concentração na captação de investimentos por parte das regiões metropolitanas de Pernambuco, Bahia e Ceará durante o período de 2008 a 2009. Importante, também, destacar que, ao longo dos anos de 1999 a 2009, ocorreu uma ampliação no número de empregos formais no Nordeste (77,5%) que foi superior a ampliação de empregos formais observada no Brasil (64,9%), Lima e Caldas (2013) apud Oliveira (2016).

Além disso, o PAC foi muito importante para o desenvolvimento regional, pois, entre 2007 e 2010, o governo federal investiu R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura no Nordeste por meio do PAC, com 43,5% de origem de empresas estatais e mistas (29,5% da Petrobrás), 13,5% do orçamento fiscal e da seguridade, e 43% da iniciativa privada (OLIVEIRA, 2021c).

Com essa política neodesenvolvimentista voltada para o Nordeste e a criação de inúmeros programas assistenciais, como: Bolsa Família, política de valorização do salário mínimo, programa Minha Casa Minha Vida, programa Luz para Todos, entre outros programas, resultaram em um crescimento acima da média nacional.

Por outro lado, o Nordeste conseguiu alcançar um crescimento do PIB per capita superior ao registrado para a média do Brasil. Assim, pode-se concluir que não foi apenas a volta das políticas neodesenvolvimentistas que fizeram com que os indicadores melhorassem, mas também por um conjunto de fatores, como: aumento do consumo das famílias por meio dos programas sociais citados anteriormente, política de valorização do salário mínimo e por causa dos reajustes salariais acima da inflação (OLIVEIRA, 2021c).

Com a retomada das políticas desenvolvimentistas também ocorreu a perda de espaço de alguns setores mais tradicionais para os setores de: Serviços de educação, Saúde, Serviços às empresas, Comércio varejista e atacadista e Indústria de transformação. A Agropecuária, no Nordeste, perdeu participação no PIB e um dos fatores explicativos foi o aumento da população urbana (OLIVEIRA, 2021c).

Comparando 2002 e 2015, o setor industrial registrou diminuição de empregos formais tanto no Brasil quanto no Nordeste. Por outro lado, o setor de Serviços conseguiu exibir aumento no mesmo período tanto para o Brasil quanto no Nordeste. Por fim, a agropecuária registrou diminuição de empregos formais. Dessa forma,

pode-se perceber que as mudanças que ocorreram na dinâmica de empregos formais foram relativamente semelhantes tanto a nível nacional quanto na região nordestina.

O Nordeste teve expansão das cidades de médio porte e um maior acesso na saúde, educação superior, aumento da oferta de equipamentos públicos, logo, aumentando as oportunidades de trabalho. Vale destacar, também, que houve um aumento bastante considerável da interiorização do ensino técnico e de ensino superior no Nordeste, tendo como destaque os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraíba, consequentemente aumentando o mercado imobiliário nestas cidades e serviços voltados aos estudantes. Com essas mudanças pode-se afirmar que teve um melhoramento da produtividade e uma expansão da economia.

A Tabela 5 apresenta dados sobre a distribuição das ocupações formais e da PEA entre os estados nordestinos em 2015, permitindo uma análise detalhada das diferenças entre os estados em relação a proporção de vínculos de emprego formal e o peso relativo na PEA regional.

Tabela 5 - Distribuição dos vínculos de empregos formais e da PEA por estados do Nordeste em 2015

Estados	participação nos vínculos formais (%)	participação na PEA (%)
Maranhão	8,1	11,8
Piauí	5,2	6,4
Ceará	17,3	14,9
Rio Grande do Norte	6,8	6,1
Paraíba	7,5	7,4
Pernambuco	18,8	15,9
Alagoas	5,7	5,1
Sergipe	4,6	4,3
Bahia	26,0	28,2
Nordeste	100	100

Fonte: RAIS Apud Oliveira (2021c).

Segundo Oliveira (2021c), o estado de Pernambuco teve uma participação percentual nos vínculos ativos formais acima de sua contribuição relativa na PEA regional. Além disso, mesmo sem ter apresentado grandes destaques, mostrou relevância no “comércio atacadista”, “transportes e comunicações” e “serviços médicos, odontológicos e veterinários”.

A Bahia, por sua vez, teve uma participação expressiva na quantidade de vínculos ativos formais, tendo como destaque o segmento “extrativo mineral”. O Ceará

liderou a ocupação formal na “indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos”. Em relação a Paraíba, a participação do estado na PEA regional foi de 7,4 e o estado se destacou na geração de empregos, da “indústria de calçados”, em 2015 (OLIVEIRA, 2021c).

Ainda, segundo o autor, o Rio Grande do Norte ampliou sua relevância no segmento “extrativo mineral” e manteve destaque na “indústria têxtil”. O estado de Alagoas perdeu participação na indústria de “produtos alimentícios”, mas ainda mantém relevância nesse setor. Sergipe registrou um grande aumento na geração de empregos com carteira assinada na “indústria de material elétrico e de comunicações”, passando de 1,1% para 18,6% entre 2002 e 2015.

2.3 A crise macroeconômica e seus reveses sobre o mercado de trabalho nordestino e paraibano até 2019

Com a crise institucional no segundo governo de Dilma Rousseff, que culminou com o impeachment³, o ambiente de incerteza no país em torno da política macroeconômica se intensificou e trouxe impactos adversos sobre o nível de investimento, que se retraiu no referido período. Por outro lado, o declínio do preço internacional das commodities somado ao esgotamento dos mecanismos de estímulo ao consumo também impactaram negativamente o desempenho da economia nacional e regional (OLIVEIRA, 2021b).

Além disso, durante o governo de Michel Temer, a economia do país, que já vinha em crise desde o segundo governo de Dilma Rousseff, experimentou um processo de recessão econômica e aumento considerável do desemprego. Com isso, houve uma pressão do mercado para o aumento da austeridade fiscal, pela alienação do patrimônio público e pelas reformas trabalhista, previdenciária e tributária (OLIVEIRA, 2021b; OREIRO, PAULA, 2019).

Segundo Oliveira (2021b) estava havendo um processo de desindustrialização e de regressão da estrutura produtiva do país desde 1990, assim impactando a economia e o trabalho. Ademais, os fatores que causaram o processo de

³ “Na justificação para o pedido de impeachment, os juristas alegaram que a então presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas “pedaladas fiscais” e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso.”

desindustrialização no país foram: ausência de políticas industriais e desenvolvimento, juros elevados, falta de investimentos, câmbio sobrevalorizado e degradada abertura comercial (CANO, 2012, apud OLIVEIRA, 2021b).

Em 2017, no governo Temer, houve o aprofundamento da terceirização no país por meio da lei da terceirização, como também entrou em vigor a reforma trabalhista, que aumentou a precariedade do trabalho por meio da terceirização para atividades-fim, que deram prioridade ao negociado sobre o legislado, enfraquecendo, assim, as negociações coletivas. (CESIT, 2017, apud OLIVEIRA, 2021b).

Também é importante destacar que o comportamento desfavorável dos indicadores do mercado de trabalho nordestino esteve diretamente associado ao declínio da participação do PIB industrial no PIB regional. Em relação aos outros setores da economia, na agricultura, houve uma diminuição da área colhida total no Nordeste. Na pecuária, no mesmo período, 2015 a 2019, ocorreram variações mínimas nos rebanhos de bovinos e suínos. Vale ressaltar que um dos principais fatores que impactaram negativamente a agricultura familiar foi a diminuição de políticas assistenciais, consequentemente prejudicando a agricultura familiar no Brasil, principalmente no Nordeste, desta forma piorando o desempenho do setor, pois, grande parte da agricultura nordestina é familiar.

A Indústria regional, nos referidos anos, apresentou variações médias anuais diferenciadas por subsetor. Enquanto a indústria extrativa mineral registrou uma queda de (-4,8%), a indústria de transformação declinou, mas numa intensidade menor (-1,4%). Por outro lado, o setor de Serviços teve um desempenho abaixo da média do Brasil com implicações adversas sobre o mercado de trabalho regional (OLIVEIRA, 2021b).

É importante destacar que o desempenho nacional foi fraco, com variação média anual de apenas 0,5%, porém, o desempenho regional do setor foi negativo (-2,5). Pesquisa Mensal de Serviços (2020) apud Oliveira (2021). Essa variação negativa do setor de Serviços pode ser explicada pelo fato da precarização do trabalho ter aumentado a instabilidade no emprego e a redução da renda, assim impactando a demanda por Serviços, consequentemente, restringindo a capacidade de crescimento do setor.

Tabela 6 - Distribuição dos vínculos de empregos formais e da PEA por estados do Nordeste em 2019

Estados	Participação nos vínculos formais (%)	Participação na PEA (%)
Maranhão	8,7	10,6
Piauí	5,4	6,1
Ceará	17,4	16,6
Rio Grande do Norte	7,0	6,1
Paraíba	7,5	6,7
Pernambuco	18,4	16,6
Alagoas	5,7	4,9
Sergipe	4,2	4,4
Bahia	25,7	28,0
Nordeste	100	100

Fonte: RAIS Apude Oliveira (2021b).

Na Tabela 6, é possível perceber, também, que Pernambuco apresentou uma participação nos vínculos formais ativos superior à sua participação na PEA em 2019. Segundo Oliveira (2021b), o estado pernambucano apresentou uma relevância maior no “comércio atacadista”, “transporte e comunicações” e “serviços médicos, odontológicos e veterinários”. A Bahia por sua vez, teve o destaque de “transportes e comunicações” na geração de empregos formais e o Ceará liderou na “indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos.”

Como ressalta o autor citado, os destaques regionais, em 2019, continuaram os mesmos de 2015: a “indústria de calçados” na Paraíba, o “extrativo mineral” e a “indústria têxtil”, no Rio Grande do Norte, a “indústria de produtos alimentícios”, em Alagoas, e a “indústria de material elétrico e de comunicações”, em Sergipe, embora com algumas perdas de participação nos respectivos setores. Dessa forma, as maiores participações dos estados do Nordeste na quantidade de empregos com carteira assinada pertenceram aos que detiveram as maiores captações de investimentos como a Bahia, Pernambuco e Ceará.

2.4 A pandemia da Covid-19 e a dinâmica do emprego formal no Nordeste e na Paraíba (2020 – 2023)

Segundo ETENE/BNB (2024), o início da pandemia da Covid-19 teve um impacto negativo no mercado de trabalho formal, resultando no aumento do desemprego e no agravamento das desigualdades econômicas e sociais, especialmente na região Nordeste. O Nordeste foi a segunda região do país a perder

participação no total de empregos devido aos efeitos da pandemia. Em 2019, a região detinha 18,30% do total de empregos no Brasil, já em 2020, essa participação caiu 0,20 ponto percentual, passando para 18,10%, como resultado das consequências da crise sanitária no mercado de trabalho. Com a retomada das atividades econômicas em 2021, o Nordeste passou a responder por 18,53% do total de empregos no país.

No ano de 2020, a pandemia do coronavírus impactou negativamente o mercado de trabalho formal nordestino, que teve uma variação negativa no estoque de empregos em 180,1 mil vínculos empregatícios e foi a maior queda relativa entre as regiões do Brasil. As perdas mais acentuadas foram nos setores de Serviços e Comércio, nos quais tiveram, em 2020, redução de 3,56% e 1,53%, com extinção de 189,7 mil e 24,0 mil vínculos empregatícios, respectivamente. Por outro lado, a Construção Civil, Agropecuária e Indústria, mesmo diante de um cenário pouco favorável, conseguiram aumentar o estoque de empregos formais no mencionado ano (ETENE/BNB, 2024).

Em 2021, houve uma retomada da economia, consequentemente, ocorreu o início da recuperação do mercado de trabalho nordestino. Importante destacar que todos os setores apresentaram variação positiva no estoque de empregos. O setor da Construção civil teve a maior variação relativa no estoque de empregos (+11,70%). Em segundo e terceiro lugar, o setor da Agropecuária (+8,99%) e Serviços (+8,74%). Os demais setores, como Comércio (+5,31%) e Indústria (+5,78%) tiveram variações relativas positivas no estoque de emprego formal, porém de forma mais discreta. (ETENE/BNB, 2024).

Tabela 7 - Variação relativa do estoque de empregos em 2020 e 2021 entre os estados do Nordeste (%)

Estados	Variação relativa do estoque de empregos em 2020 (%)	Variação relativa do estoque de empregos em 2021 (%)
Maranhão	-0,6%	10,1%
Piauí	-5,3%	5,4%
Ceará	-2,5%	6,1%
Rio Grande do Norte	-4,9%	8,3%
Paraíba	-2,3%	7,5%
Pernambuco	-0,6%	9,0%
Alagoas	-1,1%	8,6%
Sergipe	3,7%	7,1%
Bahia	-1,2%	8,1%

RAIS apud ETENE/BNB (2024).

Ao observar a Tabela 7, é importante destacar as três maiores recuperações dos seguintes estados em 2021: Maranhão (10,1%), Pernambuco (9,0%) e Alagoas (8,6%). O estado do Maranhão teve a melhor recuperação no Nordeste, além disso, o estado conseguiu atingir 818,9 mil empregos formais. O setor com a maior participação foi o setor de Serviços (66,8%). Pernambuco registrou 1.663,0 mil empregos formais com o setor de Serviços representando 61,3% dos empregos formais. Alagoas registrou 522,9 mil empregos formais em 2021, além disso, o setor de serviços mais uma vez foi o mais participativo (61,8%) (ETENE/BNB, 2024).

A Paraíba, por sua vez, teve uma variação relativa no estoque de empregos formais de 7,5%, na qual foi superior à média nacional no ano de 2021 (5,4%). Além disso, a Paraíba gerou 676,3 mil empregos formais. O setor de Serviços foi o mais representativo (60,5%), seguido do setor de Comércio (18,9%). É importante destacar que a Indústria de transformação gerou 67,7 mil empregos formais, com uma participação relativa de 11,9% em relação ao total estadual, tendo como maiores participações os segmentos do setor calçadista, alimentos e bebidas (ETENE/BNB, 2024).

Em relação ao ano de 2022, houve uma maior flexibilização das restrições sanitárias, o que permitiu uma expansão do mercado de trabalho formal. Segundo os dados divulgados pelo Novo Caged (2023), o estado paraibano teve um saldo positivo de 22.752 empregos com carteira assinada. Além disso, todos os setores tiveram saldo positivo. É importante destacar que a Paraíba apresentou, em 2022, saldo positivo total nos nove dos 12 meses do ano. Ademais, todas as regiões do Brasil tiveram saldo positivo na geração de emprego formal.

Pode-se afirmar que os setores da economia paraibana foram resilientes e alcançaram um resultado favorável, pois mesmo que, em 2022, tenha acontecido uma recuperação econômica, houve desafios que impactaram o desempenho do mercado de trabalho formal, como: inflação em ascensão, juros elevados e, consequentemente, custos mais altos para as empresas. A reabertura gradual da economia favoreceu os setores de Serviços e Comércio, entretanto, o ano de 2022 foi desafiador para a Indústria e Construção civil, pois são setores mais sensíveis ao aumento da taxa de juros.

Em 2023, segundo o CAGED (2024) o desempenho do mercado de trabalho formal paraibano foi melhor, pois em todos os meses foram registrados saldos

positivos. Os setores que mais contribuíram para esse bom desempenho foram: Serviços, Comércio e Construção civil.

Neste capítulo, foram apresentados os aspectos teóricos e históricos em torno da base produtiva e do mercado de trabalho do Nordeste e da Paraíba desde a implantação da Sudene, em 1959, até o ano de 2023. Esse percurso analítico foi essencial para se compreender as transformações que ocorreram na economia paraibana e suas interrelações com as políticas macroeconômicas e regionais ao longo dessa fase temporal. Por outro lado, esse embasamento histórico é relevante para se entender como as alterações na estrutura produtiva de uma economia estadual se reflete na dinâmica de seu mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

Segundo Pereira (2019), o método científico pode ser entendido como um percurso para alcançar um objetivo, ou seja, é o caminho percorrido pelo pesquisador para a produção de conhecimentos. Desta forma, pode-se entender que a metodologia serve de guia para a presente pesquisa, cujo propósito é comparar o desempenho do mercado de trabalho formal paraibano com o mercado de trabalho formal em nível regional e nacional entre os anos de 2020 e 2023.

O tipo de pesquisa em tela é descritivo, no qual, segundo Gil (2022), tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Elas podem ser elaboradas com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis.

Além disso, a pesquisa é exploratória. Nesse tipo de pesquisa intenta-se examinar e discutir fenômenos cuja compreensão analítica ainda apresenta algumas lacunas do ponto de vista empírico. Em razão disso, destaca-se a relevância acadêmica de se explorar estudos cuja problematização do tema não foi exaustivamente investigada.

Essa pesquisa procura contribuir com as discussões em torno da evolução e aspectos estruturais do mercado de trabalho formal paraibano tendo como contexto temporal a crise sanitária da Covid-19. Nesse percurso, a pesquisa foi desenvolvida a partir de alguns recortes e camadas analíticas. De um lado, elaborou-se uma análise comparativa dos movimentos do mercado de trabalho estadual em relação aos do Nordeste e Brasil.

De outra parte, os indicadores de saldo de emprego formal, de estoque de emprego formal e de empregos celetistas e estatutários foram analisados segundo as atividades econômicas. Esse recorte por tipo de atividade foi metodologicamente escolhido para se ter uma compreensão mais consistente das especificidades estruturais de cada setor e de seus possíveis impactos na composição e perfil do mercado de trabalho estadual bem como no regional e nacional.

O comportamento do nível de rendimento médio nominal foi observado tendo-se em conta os nove estados nordestinos. O recorte analítico feito por unidade da federação intentou captar os possíveis diferenciais de rendimentos entre os estados do Nordeste, que exibem PIBs e bases produtivas bastante diversas entre si.

A pesquisa teve como foco o mercado de trabalho formal. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este mercado se caracteriza por incluir a soma dos trabalhadores com carteira assinada, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira assinada e empregadores.

Duas plataformas oficiais deram suporte à pesquisa. Foram utilizados dados do Novo CAGED que inclui: empregados sob o regime CLT; trabalhadores temporários, trabalhadores avulsos, agentes públicos, trabalhadores cedidos e dirigentes sindicais, contribuintes individuais e bolsistas.

Vale salientar que, a partir de janeiro de 2020, o Novo Caged substituiu o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). O Novo Caged é composto por informações dos sistemas: eSocial, Caged e empregador web. Na referida plataforma, foi realizado o levantamento dos seguintes dados:

- a) Admitidos: indica o número total de trabalhadores que foram contratados com carteira assinada em determinado período;
- b) Desligados: refere-se ao número total de trabalhadores que foram demitidos, além disso, é contabilizado demissões nas quais foram por iniciativa do empregador, pedido de demissão ou aposentadoria;
- c) Saldo de emprego formal: é a diferença entre o número de admitidos e desligados em um determinado período. Se houver um número maior de admitidos do que desligados, teremos um saldo positivo, senão teremos um saldo negativo de empregos formais. Vale ressaltar que a fórmula para o cálculo da participação do saldo de emprego formal de uma determinada atividade econômica na Paraíba em relação ao saldo total do estado segue a seguinte fórmula:

$$\text{Participação (\%)} = \frac{(\text{Saldo de determinado setor na Paraíba})}{\text{Saldo total na Paraíba}} * 100$$

- d) Estoque de emprego formal indica o total acumulado de empregos formais em um determinado período. A participação do estoque de emprego formal de uma atividade econômica específica no estoque total do estado da Paraíba pode ser calculada por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Participação (\%)} = \frac{(\text{Estoque de determinado setor na Paraíba})}{\text{Estoque total na Paraíba}} * 100$$

A outra base de dados da pesquisa foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Essa plataforma foi criada pelo governo em 1975 e instituída pelo Decreto 76.900. A RAIS tem como foco a coleta de dados estatísticos sobre as atividades trabalhistas no setor formal e traz informações sobre a quantidade de empregos celetistas e estatutários.

Dessa forma, foi possível proporcionar mais informações detalhadas para a pesquisa sobre o mercado de trabalho. Além disso, as empresas são obrigadas a informar o número de funcionários empregados no ano anterior e seus dados funcionais à RAIS.

Os indicadores coletados na RAIS foram: quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários por setor e remuneração média nominal. A quantidade de trabalhadores celetistas indica o quantitativo de trabalhadores que são regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A quantidade de trabalhadores estatutários apresenta o quantitativo de servidores públicos que são regidos por estatutos próprios. A remuneração média indica o valor médio que um trabalhador recebe em determinado período.

Embora a pesquisa tenha o uso de instrumentos quantitativos, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica de estudiosos da economia regional para um maior embasamento e fundamento do trabalho. Ou seja, no decorrer da pesquisa vai ficar evidente ao leitor a interpretação dos dados do trabalho formal nos recortes da Paraíba, Nordeste e Brasil entre os anos de 2020 e 2023, para que assim seja possível entender o contexto em que essas economias estavam inseridas.

A escolha do recorte temporal de 2020 e 2023 ocorreu por causa da relevância do período, tendo em vista o impacto negativo da pandemia da covid-19 nas atividades econômicas e no mercado de trabalho formal. Além disso, a escolha desse período foi influenciada para que não haja conflito metodológico entre o CAGED e o Novo CAGED, dado que o Novo Caged teve início no ano de 2020.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa sobre a dinâmica do mercado de trabalho formal paraibano comparativamente ao mercado de trabalho formal nordestino e brasileiro no contexto temporal da crise sanitária da Covid-19. Examinam-se alguns indicadores do mercado de trabalho, como o movimento das admissões e desligamentos de vínculos formais ativos, e o estoque de emprego segundo as atividades econômicas. Por outro lado, também são discutidos o perfil do emprego entre celetistas e estatutários e o comportamento da remuneração média nominal entre os estados nordestinos.

Como foi citado no capítulo metodológico, o saldo de emprego formal consiste na diferença entre admitidos e desligados. A análise desse indicador reveste-se de importância, pois pode trazer uma compreensão mais consistente sobre a trajetória e movimentos do mercado de trabalho formal paraibano durante o contexto pandêmico, por outra parte, o comportamento do referido indicador, por atividade econômica, pode revelar quais áreas da economia estadual foram mais sensíveis aos impactos adversos da pandemia. O estoque de emprego formal constitui o total acumulado de empregos formais em um determinado período e, também, indica as especificidades de cada setor e sua capacidade ou não de absorver mão-de-obra diante de crises.

4.1 Economia Paraibana: dinâmica recente e alguns desafios

A economia paraibana, ao longo do Século XX, passou por transformações significativas, com destaque para a mudança de uma economia primário-exportadora até a década de 1960 para uma economia focada no setor de Serviços e na Indústria produtora de bens de consumo, como: calçados, vestuário e têxtil.

Nas duas primeiras décadas do Século XXI, a economia paraibana vem exibindo crescimento real que tem sido liderado pela significativa expansão de novos segmentos do setor de Serviços e pela implantação do polo cimenteiro a partir de 2010. Mais recentemente, os investimentos da indústria da Construção civil e na Indústria de energia e serviços industriais de utilidade pública, como os investimentos em usinas produtoras de energia eólica e fotovoltaica, têm contribuído para o dinamismo da economia estadual.

Porém, a Paraíba ainda possui desafios a serem superados. O setor agropecuário ainda é pouco dinâmico, com uma produção centrada na cana-de-açúcar e em lavouras alimentares pouco diversificadas. A ocorrência de secas periódicas ao lado de fatores como a predominância de cultura de subsistência no Agreste, a baixa utilização da biodiversidade nativa da Caatinga para fins econômicos, a reduzida implementação de tecnologias pela agricultura familiar e o manejo inadequado da fertilidade do solo e nutrição de plantas contribuem para a reduzida participação percentual do referido setor no PIB estadual.

Por outro lado, a Indústria estadual é concentrada em setores tradicionais, como alimentos, têxtil e calçados, enquanto o setor de Serviços é fortemente dependente da administração pública. Apesar dessas fragilidades, a economia paraibana apresentou, nas últimas décadas, um desempenho superior ao das economias brasileira e nordestina (Moreira, Carvalho e Farias, 2019).

Segundo Moreira, Carvalho e Farias (2019), a dinâmica recente da economia paraibana foi marcada por um desempenho positivo até o ano de 2014, pois, o PIB paraibano passou de R\$ 36.312.590 mil em 2002 para R\$ 59.088.986 mil em 2016, assim, equivalendo a uma taxa de crescimento de 62,37%. Porém, em 2015 e 2016, o PIB paraibano declinou em razão da crise econômica nacional.

Antes da crise de 2015 e 2016, a Paraíba já havia iniciado uma trajetória de desaceleração econômica seguindo o comportamento da economia nacional, porém, as variações anuais do PIB foram mais elevadas que as do Brasil e do Nordeste. Esse momento coincide com um novo ciclo político no estado, com a chegada de Ricardo Coutinho à gestão do governo estadual. Coutinho implementou uma nova dinâmica no fortalecimento da infraestrutura viária e habitacional e adotou uma política mais assertiva para atrair investimentos industriais, especialmente com a criação do polo cimenteiro (Moreira, Carvalho e Farias, 2019).

Tabela 8 - Brasil, Nordeste e Paraíba: Produto Interno Bruto nos anos de 2002, 2010 e 2021 (deflator: IGP - DI de 2021)

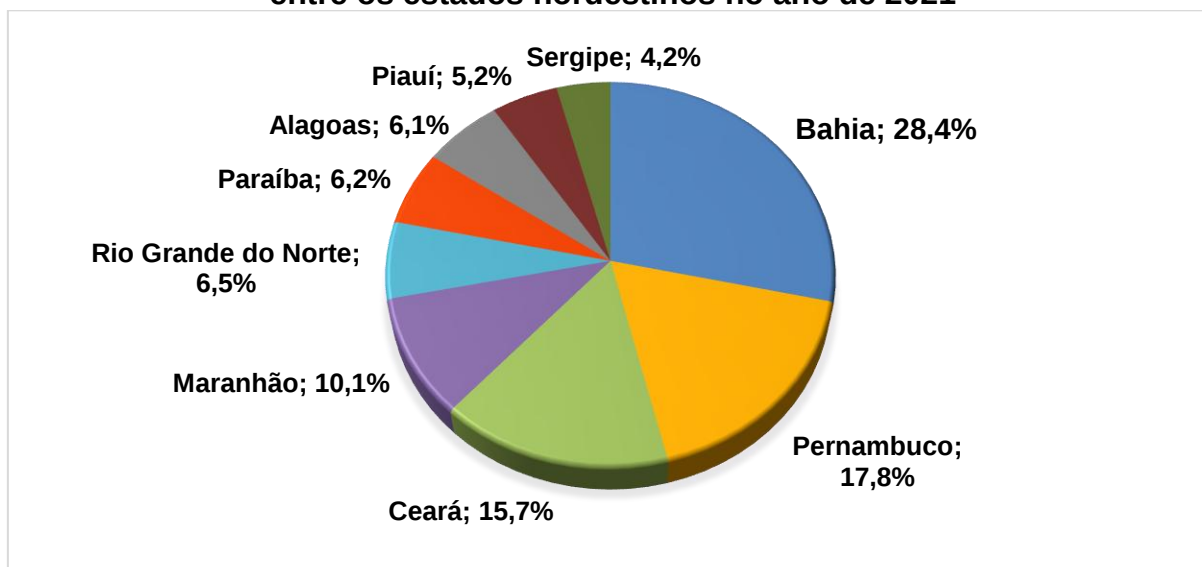
Área	2002	2010	2021
Paraíba	11.873.688,7	35.462.158,2	77.470.331,0
Nordeste	154.151.627	469.693.904	1.055.803.703
Brasil	1.386.786.502	4.110.688.462	9.012.142.000

Fonte: IBGE Contas Nacionais e Regionais - elaboração própria.

Entretanto, de acordo com Moreira, Carvalho e Farias (2019), mesmo com o desempenho da economia paraibana tendo apresentado uma melhor *performance* em relação ao PIB nacional e regional, o PIB paraibano teve uma baixa participação em relação ao PIB brasileiro. Além disso, o PIB per capita também teve uma baixa participação no nacional e no Nordeste.

O estado da Paraíba, assim como a região Nordeste e o Brasil, apresentaram uma significativa expansão do PIB no período analisado. O PIB estadual saltou de R\$ 11,87 bilhões, em 2002, para R\$ 35,46 bilhões em 2010, e posteriormente, atingiu R\$ 77,47 bilhões em 2021. Esse crescimento representou um aumento percentual de aproximadamente 198,7% entre 2002 e 2010, e de 118,4% entre 2010 e 2021. Embora a Paraíba tenha conseguido uma significativa expansão do PIB, na aludida fase histórica, essa expansão não foi capaz de ampliar a participação do PIB estadual no PIB regional, que gravitou em torno de 6,2%.

Gráfico 1 - Distribuição percentual do PIB da região Nordeste entre os estados nordestinos no ano de 2021



Fonte: IBGE Contas Nacionais e Regionais - elaboração própria.

Ao analisar o Gráfico 1, é perceptível que os estados que possuíam as maiores participações no PIB regional foram: Bahia (28,4%), Pernambuco (17,8%) e Ceará (15,7%). A Paraíba se situou na sexta posição na distribuição percentual do PIB em 2021. Segundo Moreira, Carvalho e Farias (2019), entre os anos de 2003 e 2016, o PIB paraibano se encontrava na sexta posição na região Nordeste. Desta forma, pode-se concluir que em 2021 o estado paraibano ainda se encontrava na mesma posição de 2016.

A posição periférica da Paraíba no Produto Interno Bruto nordestino se deve a produção de bens de baixa densidade tecnológica (low tech) e de média intensidade (medium tech), onde é predominante os setores da indústria alimentícia, têxtil, de bebidas e calçados (Moreira, Carvalho e Farias, 2019). Por outro lado, já era de esperar que os estados que captaram maiores investimentos ao longo do tempo para o desenvolvimento de suas indústrias, como Bahia, Ceará e Pernambuco foram os estados com os PIBs mais participativos na região em 2021.

Além disso, é importante destacar que a heterogeneidade observada na capacidade produtiva dos estados nordestinos não se resume apenas à realidade regional. Também se constata que, entre as mesorregiões estaduais, há grandes diferenciais de desempenho socioeconômico e demográfico.

Tabela 9: Paraíba e mesorregiões: Produto Interno Bruto nos anos de 2002, 2010 e 2021 (deflator - IGP - DI de 2021)

Mesorregiões e estado	2002	2010	2021
Zona da Mata	6.773.766	17.314.578	39.635.216
Agreste	3.488.002	9.476.491	21.348.395
Borborema	587.428	1.576.300	4.169.139
Sertão	1.897.825	5.155.122	12.317.582
Paraíba	12.747.021	33.522.492	77.470.331

Fonte: IBGE Contas Nacionais e Regionais - Elaboração própria.

Embora todas as mesorregiões tenham tido evolução nos PIBs nos anos de 2002, 2010 e 2021, é perceptível as grandes disparidades na capacidade de produção de bens e serviços dessas áreas da Paraíba. Segundo Mendes et al. (2012), a história paraibana é marcada por uma grande heterogeneidade entre as mesorregiões.

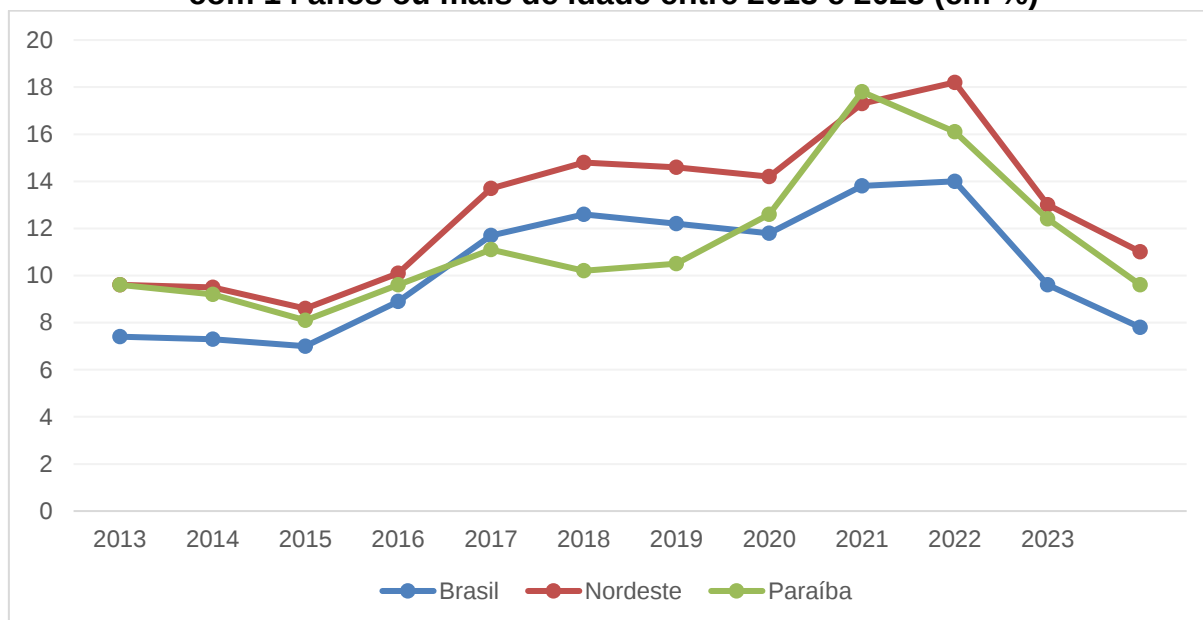
Além disso, na Tabela 9, constata-se a posição periférica da Borborema e do Sertão no que se refere aos valores do PIB. Segundo Carvalho e Farias (2021), isso se deve aos desafios enfrentados nessas duas mesorregiões, entre os quais se destacam a baixa proporção de pessoas com vínculos formais ativos e a predominância de faixas salariais entre dois e três salários-mínimos. Esses desafios geram impactos negativos no PIB, pois, com baixa formalização e renda, há menos investimentos, menor produtividade e menos arrecadação, o que perpetua o frágil desenvolvimento socioeconômico dessas mesorregiões. Já o Agreste e a Zona da

Mata possuem maior concentração de empreendimentos econômicos, o que concorre para a maior formalização do trabalho e a diversificação produtiva.

Desta forma, entende-se que a heterogeneidade entre as mesorregiões da Paraíba influencia o comportamento da taxa de desocupação estadual, em razão da precariedade do mercado de trabalho formal, principalmente nas mesorregiões da Borborema e do Sertão.

O Gráfico 2 mostra os desafios enfrentados na Paraíba comparativamente ao Nordeste e Brasil quanto a taxa de desocupação de pessoas com 14 anos ou mais de idade entre 2013 e 2023.

Gráfico 2 - Brasil, Nordeste e Paraíba: taxa de desocupação de pessoas com 14 anos ou mais de idade entre 2013 e 2023 (em %)



Fonte: PNADC- elaboração própria.

A partir do Gráfico 2, é possível perceber a relativa estabilidade da taxa de desocupação no Brasil, Nordeste e Paraíba entre os anos de 2013 e 2014. Porém, com a crise política e institucional que se instala no país a partir de 2015, ocorreu um aumento considerável da taxa de desocupação entre 2016 e 2018 e se agravou com o choque externo da crise sanitária da Covid-19, a partir de 2020. Segundo Oliveira (2021b), durante o governo de Michel Temer (2016-2018) a economia brasileira, que já vinha em crise durante o segundo governo de Dilma Rousseff, entrou numa fase de recessão econômica e aumento expressivo do desemprego. Por outro lado, o pico da

taxa de desocupação ocorreu entre 2020 e 2021 e foi resultado dos impactos adversos da pandemia da Covid-19.

Já no Nordeste, a taxa de desocupação se manteve acima da média do Brasil ao longo do tempo. Isto foi reflexo da vulnerabilidade estrutural do mercado de trabalho formal nordestino, o qual é caracterizado por maior informalidade. Em relação ao impacto da pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho regional, constata-se que houve um aumento do desemprego e piora nas desigualdades econômicas e sociais (ETENE/BNB, 2024).

Na Paraíba, a trajetória da taxa de desocupação seguiu de perto a do Nordeste, porém com algumas variações. Em determinados períodos, os índices estiveram um pouco abaixo da média nordestina, assim, mostrando uma resiliência maior do mercado de trabalho paraibano.

4.2 Saldo de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil: período 2020/2023

A presente seção tem como foco a evolução do saldo de emprego formal sob duas perspectivas de análise. De uma parte, investigou-se o comportamento desse indicador na Paraíba, no Nordeste e no Brasil por atividade econômica no intervalo temporal de 2020/2023. Essa desagregação foi relevante para se observar quais setores produtivos foram mais atingidos durante a crise pandêmica quanto ao movimento de admissões e desligamentos. De outra parte, procedeu-se uma análise comparativa do saldo de emprego da atividade econômica como um todo para as economias estadual, regional e nacional.

Tabela 10 - Saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2020

Atividade econômica	área geográfica		
	Paraíba	Nordeste	Brasil
Agropecuária	1.261	7.076	36.946
Indústria	498	641	48.931
Construção Civil	6.621	14.082	94.729
Comércio	235	-521	-66.047
Serviços	-6.279	-34.766	-304.743
Total	2.336	-13.488	-190.186

Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

Pode-se perceber que o setor da Construção civil liderou o ranking de saldo de emprego formal positivo não apenas na Paraíba, como também no Nordeste e Brasil. Moreira, Carvalho e Farias (2019) apontam que o setor da indústria da Construção civil teve um grande crescimento econômico entre os anos de 2002 e 2016 no estado paraibano. Assim, pode-se entender que além do mencionado setor ter conseguido manter o ritmo das obras de edifícios e de infraestrutura no âmbito estadual, em 2020, houve uma grande resiliência e adaptabilidade do setor nos três recortes geográficos, sendo importante destacar que a Paraíba seguiu a tendência regional e nacional.

A agropecuária também conseguiu apresentar uma diferença positiva entre a quantidade de admissões de empregos formais e de desligamentos. Foi o segundo setor com maior saldo de emprego formal no estado da Paraíba e no Nordeste. Um dos motivos do menor impacto na Agropecuária pela Covid-19, no ano mais adverso da pandemia, pode ser explicado pela razão do setor ser essencial, ou seja, era imprescindível a continuidade da produção de alimentos, além disso, não havia grandes aglomerações nas produções no campo.

A indústria estadual registrou um saldo de emprego formal positivo em 2020 mesmo com um cenário econômico recessivo diante da pandemia. Embora a indústria paraibana tenha um parque industrial de baixa densidade tecnológica (*low tech*) e de média intensidade (*medium tech*), ou seja, a Paraíba não possui um setor industrial robusto, porém, ainda assim, conseguiu manter um saldo positivo de empregos junto com o Nordeste e Brasil.

Chama atenção o fato de que o setor de Comércio na Paraíba, no ano mais adverso da crise sanitária da Covid-19, conseguiu exibir um saldo de emprego formal positivo de 235 postos de trabalho, enquanto no Nordeste e no Brasil esse indicador foi negativo.

Com base nos indicadores expostos na Tabela 10 sobre o saldo de emprego formal, verifica-se que o setor de Serviços foi o mais atingido quanto aos efeitos da crise pandêmica, no ano de 2020, tanto na Paraíba como no Nordeste e Brasil. Nos três recortes geográficos, a quantidade de desligamentos superou as admissões e produziu saldos bastante deficitários de emprego com carteira assinada.

Isto pode ser explicado por causa da dependência de interações presenciais do setor de Serviços. Os sucessivos decretos municipais e estaduais que estabeleciam, na época, o isolamento social para evitar a disseminação do coronavírus, afetou drasticamente as relações de compra e venda no referido setor o

que culminou no desligamento de milhares de trabalhadores. Na Paraíba, foram extintos nada menos que 6.279 postos de trabalho, enquanto no setor de Serviços para o país como um todo, foram eliminados 304.743 empregos com carteira assinada.

Por outro lado, a medida provisória nº 926/20, de maio de 2020, ampliou a lista de serviços essenciais que podiam funcionar durante o período de enfrentamento do novo coronavírus no país. Os setores da Construção Civil e da Indústria foram incluídos nessa lista. Segundo o chefe do executivo federal, a intencionalidade da medida era impedir a interrupção de atividades e do fornecimento de insumos e materiais necessários à sobrevivência, saúde, abastecimento e segurança da população.

A Tabela 11 apresenta o saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica no ano de 2021, ano em que os setores ainda estavam enfrentando as externalidades negativas da pandemia da Covid-19. Assim, ainda pode ser possível analisar a resiliência e adaptabilidade de algumas atividades econômicas durante o período pandêmico.

Tabela 11 - Saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2021

Atividade econômica	área geográfica		
	Paraíba	Nordeste	Brasil
Agropecuária	1.036	33.190	146.241
Indústria	3.265	71.313	475.181
Construção Civil	5.799	54.559	245.274
Comércio	9.421	130.007	664.145
Serviços	15.696	216.176	1.250.993
Total	35.217	505.245	2.781.834

Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

A Tabela 11 apresenta uma rápida recuperação do setor de Serviços. Pois, no ano de 2020, em razão das medidas de distanciamento social, muitas empresas prestadoras de Serviços fecharam por um longo período, o que levou ao aumento do número de demissões como forma de reduzir custos. Entretanto, em 2021, foi perceptível que o mencionado setor registrou o maior saldo de empregos nos três recortes geográficos analisados. Além disso, de 2020 para 2021, o setor de Serviços apresentou uma variação de 349,94% no saldo de empregos, evidenciando sua notável recuperação durante o período na Paraíba.

O setor de Comércio apresentou uma recuperação expressiva. Pois, nos três recortes geográficos o setor ficou na segunda posição em 2021. Este aumento no saldo de emprego com carteira assinada do Comércio pode ser explicado pela reabertura gradual dos estabelecimentos após o início da vacinação no referido ano e a adaptação das empresas ao e-commerce também durante o ano de 2021.

O setor da Construção Civil ficou em terceiro lugar na Paraíba. Além disso, o aludido setor, na economia estadual, teve uma diminuição de 822 vínculos empregatícios no saldo de empregos com carteira assinada entre 2020 e 2021. Porém, mesmo com essa diminuição, o setor continuou tendo um saldo positivo.

A indústria ficou na quarta posição na Paraíba como também no Brasil no que diz respeito a diferença positiva entre admissões e desligamentos. O setor, a nível estadual, teve um incremento significativo de 2.767 novos postos de trabalho em comparação ao ano anterior. O decreto presidencial de maio de 2020 incluiu na listagem de serviços essenciais as atividades de produção, transporte e distribuição de gás natural, as atividades das indústrias químicas e petroquímicas de matérias primas, as indústrias de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas.

A agropecuária ficou em quinto lugar em todos os recortes geográficos. Além disso, houve uma diminuição do saldo do setor na Paraíba, ao contrário do Nordeste e Brasil, que tiveram aumento em comparação ao ano de 2020.

A Tabela 12 apresenta o saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2022. O ano de 2022 foi marcado por movimentos mais discretos no saldo de emprego formal. Embora seja possível perceber uma recuperação considerável de alguns setores econômicos, ainda havia um cenário de incerteza, fazendo assim com que as empresas expandissem seus negócios com uma maior cautela.

Tabela 12 - Saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2022

Atividade econômica	área geográfica		
	Paraíba	Nordeste	Brasil
Agropecuária	190	9.214	63.727
Indústria	3.676	48.996	248.610
Construção Civil	2.477	49.167	192.901
Comércio	4.617	66.658	352.782
Serviços	11.792	205.210	1.156.217
Total	22.752	379.245	2.014.237

Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

O setor de Serviços apresentou desaceleração no saldo de emprego formal em comparação ao ano de 2021 nos três recortes espaciais. Com o crédito mais caro, os consumidores reduziram gastos em relação aos Serviços não essenciais, o que provavelmente reverberou em menor contratação com carteira assinada pelo setor privado.

O setor de Comércio também sofreu queda no saldo de emprego formal na Paraíba, no Nordeste e Brasil em 2022. Esta queda, assim como no caso da Construção Civil, esteve relacionada ao aumento da taxa de juros, tendo em vista que a elevação da taxa Selic provoca o aumento do custo do crédito, diminuindo assim as vendas no segmento varejista e, conseqüentemente, reduzindo o número de admissões.

A indústria estadual contrariou a tendência de queda observada para o saldo de emprego formal no Nordeste e no Brasil e teve um incremento de 411 postos de trabalho, além disso, o setor teve uma variação positiva de 12,59% entre 2021 e 2022. É provável que este comportamento favorável no emprego industrial esteve associado aos investimentos realizados, no referido ano, por empresas do setor de energia eólica e fotovoltaica. A empresa Neoenergia construiu, em 2022, um complexo eólico e solar no município de Santa Luzia, no sertão paraibano, com um investimento orçado em cerca de R\$ 3,5 bilhões. Por sua vez, a EDP Renováveis instalou a Central Eólica Borborema II, em Pocinhos, com uma perspectiva de geração de 320 empregos diretos.⁴ Por outro lado, o Nordeste teve diminuição de 22.317 postos de trabalho formais na indústria e o Brasil, 226.571.

A Construção Civil exibiu uma diminuição no saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil. Essa diminuição pode ser explicada pelo aumento nas taxas de juros feito pelo Bacen por causa da instabilidade e incerteza econômica no pós-pandemia, na qual fez com que dificultasse o financiamento dos imóveis.

O setor da agropecuária, em 2022, sofreu uma diminuição de 846 postos de trabalho formais na Paraíba em comparação ao ano de 2021. Além disso, o setor ficou em último lugar nos três recortes espaciais (Paraíba, Nordeste e Brasil), ou seja, a Paraíba seguiu a mesma tendência de queda observada nos níveis regional e nacional.

⁴ Ver [Neoenergia avança com obras no complexo eólico Chafariz, na Paraíba - Distribuidora Rio Grande do Norte - Neoenergia - Neoenergia](#)

A Tabela 13 apresenta os resultados do saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil no ano de 2023, ano no qual a vacinação contra a Covid-19 já tinha alcançado a totalidade da população e a reabertura das atividades econômicas já era observada de forma plena.

Tabela 13 - Saldo de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2023

Atividade econômica	área geográfica		
	Paraíba	Nordeste	Brasil
Agropecuária	143	11.839	35.136
Indústria	-2.236	19.255	125.067
Construção Civil	5.222	27.225	156.448
Comércio	5.941	69.328	274.917
Serviços	10.029	165.891	863.412
Total	19.099	293.538	1.454.980

Fonte: Novo Caged. Elaboração Própria.

Em 2023, a maioria dos setores econômicos enfrentou queda no saldo de empregos formais, tanto na Paraíba, como no Nordeste e no Brasil. Como o setor de Serviços, que, apesar da diminuição no número de postos de trabalho, ainda apresentou um saldo positivo.

No Comércio, o cenário também foi desfavorável, com uma queda no número de empregos formais, especialmente em subsetores mais vulneráveis às flutuações econômicas. Contudo, observou-se um crescimento nas contratações temporárias, que ajudaram a amenizar a redução dos empregos permanentes, como apontado por Feijó e Ferreira (2024), que destacaram o aumento desse tipo de vínculo trabalhista no ano de 2023.

A Construção Civil paraibana conseguiu alcançar um aumento no saldo de emprego formal em 2023 em relação ao ano anterior. O acentuado crescimento imobiliário que vem sendo observado na Região Metropolitana de João Pessoa em face do crescimento demográfico nessa área, pode ser um fator explicativo para o crescimento das admissões em comparação a quantidade de desligamentos.

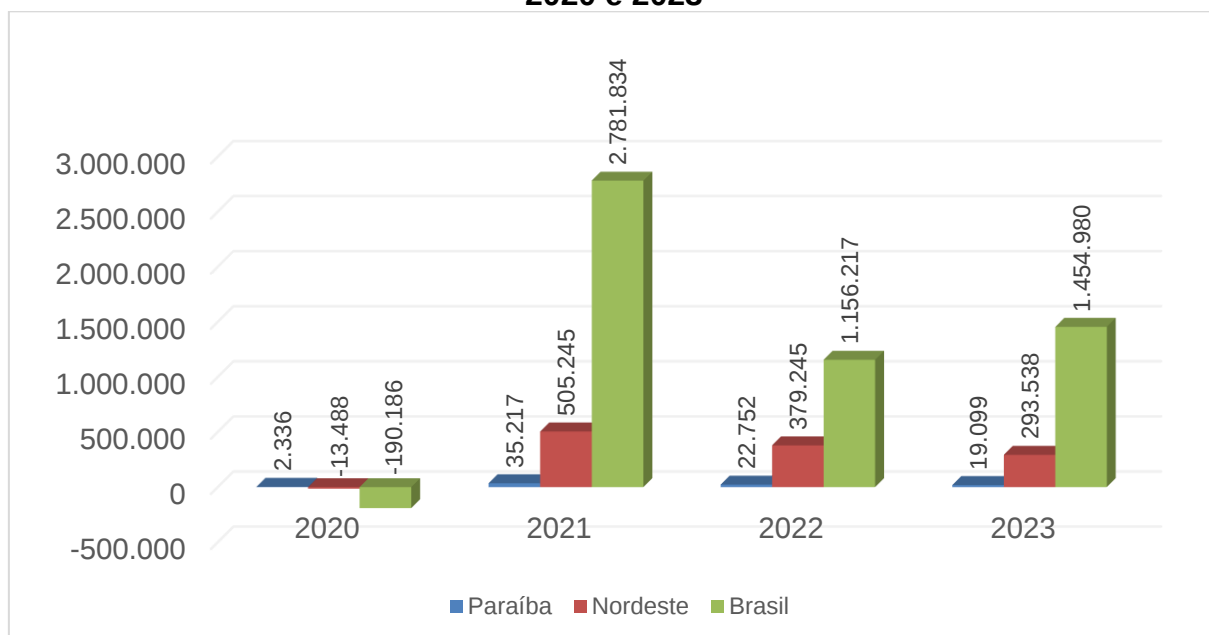
Porém, são notórias algumas exceções como, por exemplo, o setor da Agropecuária no Nordeste, o qual teve um saldo positivo de empregos com carteira assinada. É provável que esse desempenho favorável do mercado de trabalho na Agropecuária nordestina, no mencionado ano, esteja associado ao crescimento do

agronegócio na Bahia, que registou uma expansão na produção de 4,2% em relação a 2022. A região oeste da Bahia é referência na produção de grãos.

Por fim, a Indústria apresentou declínio nos três recortes geográficos. O recuo observado no setor industrial foi em parte mitigado pelo aumento das contratações temporárias, que ajudaram a compensar a redução nos empregos permanentes, mas o impacto da diminuição na indústria ainda foi significativo em comparação aos demais setores.

No Gráfico 3 a seguir, será mostrado o saldo de emprego formal para a atividade econômica geral na Paraíba, Nordeste e Brasil, ou seja, a diferença entre admissões e desligamentos no mercado de trabalho formal entre os anos de 2020 e 2023. Essa análise permite a compreensão da movimentação de empregos formais durante e após a pandemia da Covid-19.

Gráfico 3 - Saldo de emprego formal total no Brasil, Nordeste e Paraíba entre 2020 e 2023



Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

Ao observar o Gráfico 3, é possível perceber que, em 2020, o saldo de emprego formal total foi negativo no Brasil e no Nordeste, refletindo assim as demissões em massa durante a crise da Covid-19, enquanto a Paraíba apresentou um pequeno saldo positivo de vínculos empregatícios formais. Essa resiliência no saldo de empregos formais da Paraíba pode ser explicada pelo Decreto nº 40.304 do governo estadual, o qual instituiu o plano Novo Normal Paraíba, que desempenhou um papel

importante na recuperação dos empregos formais durante a crise sanitária que atingiu o estado. O referido plano realizou a abertura gradual das atividades econômicas, medidas de segurança, monitoramento contínuo e apoio ao setor produtivo. Desta forma, minimizando o impacto negativo da pandemia no mercado de trabalho formal estadual.

Em 2021, percebe-se uma considerável recuperação do mercado de trabalho nas três áreas geográficas quanto a retomada das atividades econômicas e do nível de emprego formal. É importante destacar que a Paraíba acompanhou a reanimação da economia do país e o saldo de vínculos formais ativos cresceu 14 vezes em relação ao ano anterior.

Em 2022, o saldo de emprego formal permaneceu positivo, entretanto em patamares menores dos que os observados em 2021. Isso pode ser explicado pela desaceleração da recuperação econômica, ao aumento da taxa Selic, cuja meta do Banco Central foi de 11,75% a.a. e às incertezas nas políticas fiscais do país em 2022.

Por fim, em 2023, observa-se uma nova redução no saldo de empregos formais nos três recortes espaciais. Pode-se aludir que a queda nos investimentos e a manutenção da taxa básica de juros em patamares elevados podem ter interferido no baixo ritmo de expansão do PIB, desta forma reforçando uma desaceleração do mercado de trabalho formal. Segundo pesquisa do IBGE⁵, a taxa de investimento do PIB, em 2023, foi de 16,5%. Esse patamar representou uma redução em relação a 2022, quando a taxa foi de 17,8%.

4.3 Estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil: período 2020/2023

Neste tópico, serão apresentadas tabelas com os resultados do estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica entre 2020 e 2023. Além disso, será mostrado um gráfico com a distribuição percentual do estoque de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2020, 2021, 2022 e 2023.

⁵ Ver PIB: apesar de fechar 2023 em alta, atividade econômica mostra desaceleração no segundo semestre | Brasil 61

A Tabela 14 apresenta o estoque formal de emprego na Paraíba, Nordeste e Brasil no ano de 2020, refletindo os impactos negativos da pandemia da Covid-19 na geração de empregos.

Tabela 14 - Estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2020

Atividade econômica	área geográfica		
	Paraíba	Nordeste	Brasil
Agropecuária	14.000	264.563	1.540.366
Indústria	79.413	1.062.220	7.771.763
Construção Civil	33.385	393.204	2.153.446
Comércio	104.021	1.545.417	8.954.997
Serviços	179.418	3.173.002	18.845.652
Total	410.237	6.438.406	39.266.224

Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

O setor de Serviços na Paraíba foi o que deteve a maior participação no estoque de emprego total do estado, em torno de 180 mil empregos, o que correspondeu a 43,7% do total. Esse fenômeno também foi observado para os mercados regional e nacional. A participação relativa do setor de Serviços no estoque do emprego formal total do Nordeste foi de 49,3%, enquanto para o Brasil, foi de 47,9%.

É relevante grifar que o PIB do setor de Serviços é o que detém a maior contribuição nos PIBs dos três recortes geográficos analisados na pesquisa. Dessa forma, a liderança do setor na economia se reflete também na capacidade de geração de empregos formais. O Comércio também foi um setor importante para o mercado de trabalho paraibano, tendo gerado 104.021 empregos formais, em 2020, e ocupou o segundo lugar no ranking de estoque de emprego formal tanto no estado, quanto no Nordeste e Brasil.

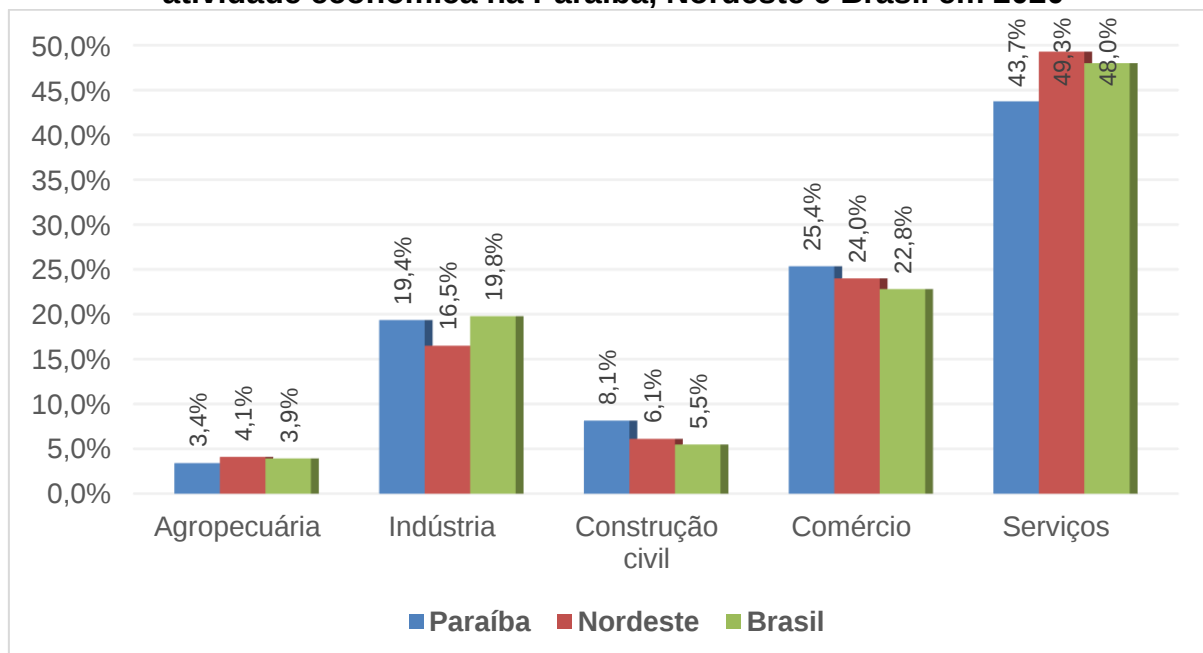
O setor industrial na Paraíba contribuiu com 19,4% (79.413) no total de estoque de emprego formal total na Paraíba (410.237) durante o ano mais adverso da pandemia da Covid-19. Chama atenção o fato de que, nesse mesmo ano, a indústria nordestina deteve um percentual menor no estoque de emprego regional, que foi de 16,5%, enquanto no Brasil esse patamar gravitou em torno de 20%.

A Construção Civil deteve 8,1% (33.385) do total de vínculos empregatícios formais na Paraíba, em 2020, e ocupou a quarta posição no ranking estadual. É possível que os decretos municipais que estabeleceram o isolamento social, ao longo

do referido ano, para evitar a disseminação da pandemia da Covid-19 tenham afetado a quantidade de contratações no setor. No Nordeste e no Brasil, observou-se que a Construção Civil também ficou em penúltima posição quanto a capacidade de contribuir com o estoque de empregos com carteira assinada.

O setor da agropecuária foi o que apresentou a menor proporção de estoque de empregos formais nos mercados de trabalho estadual, regional e nacional em 2020. Isso pode ser explicado não apenas por causa da acentuada desaceleração econômica provocada pela crise sanitária, mas também pelo fato da característica estrutural da agropecuária no país que apresenta uma elevada participação de trabalhos informais, portanto, são ocupações que estão a margem da regulamentação trabalhista e dos empregos com carteira de trabalho assinada. Outro aspecto que merece ser ressaltado no que se reporta ao setor agropecuário paraibano é que a agricultura é majoritariamente familiar e de subsistência, dessa forma o número de trabalhadores formais neste setor é relativamente pequeno.

Gráfico 4 - Distribuição percentual do estoque de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2020



Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

Ao observar o Gráfico 4 é perceptível que o setor de Serviços, mesmo sendo um dos mais afetados em 2020, foi o que deteve a maior participação percentual no estoque de emprego formal nas três áreas geográficas pesquisadas. O setor de

Comércio, na Paraíba, teve uma contribuição relativa acima da média regional e nacional, em razão do Decreto nº 40.304, no qual fez com que resultasse em uma flexibilização gradual das restrições sanitárias nos estabelecimentos. A Construção Civil na Paraíba se destacou em razão também do Decreto nº 40.304, que fez com que acabasse a paralisação dos canteiros de obras.

A indústria na Paraíba também teve um resultado no estoque de emprego setorial que ficou acima do percentual observado para a indústria nordestina. É relevante destacar que, segundo o Novo Caged, as admissões estaduais na indústria de produtos têxteis, de coque e de produtos derivados de petróleo, de produtos de minerais não-metálicos, de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos foram superiores a quantidade de desligamentos.

Por outro lado, a agropecuária por sua vez, teve uma geração de empregos menos representativa em relação ao estoque de emprego formal total no estado, pois, a agropecuária na Paraíba é predominantemente informal.

A Tabela 15 apresenta o estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica no ano de 2021, destacando a recuperação gradual dos setores após os efeitos da pandemia.

Tabela 15 - Estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2021

Atividade econômica	área geográfica		
	Paraíba	Nordeste	Brasil
Agropecuária	15.036	297.753	1.686.607
Indústria	82.678	1.133.533	8.246.944
Construção Civil	39.184	447.763	2.398.720
Comércio	113.442	1.675.424	9.619.142
Serviços	195.114	3.389.178	20.096.645
Total	445.454	6.943.651	42.048.058

Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

Ainda que o ano de 2021 tenha sido um dos anos que foram mais impactados com a crise sanitária da Covid-19, não só na saúde pública como na dinâmica socioeconômica, é notável a predominância do setor de Serviços na geração de empregos formais, nos três recortes espaciais. Em 2020, ano da chegada da pandemia no país, o mencionado setor foi afetado consideravelmente, mas pode-se constatar a recuperação das atividades de Serviços na Paraíba, que apresentou uma expansão de 8,7% no estoque de emprego. Cabe também registrar que, no referido

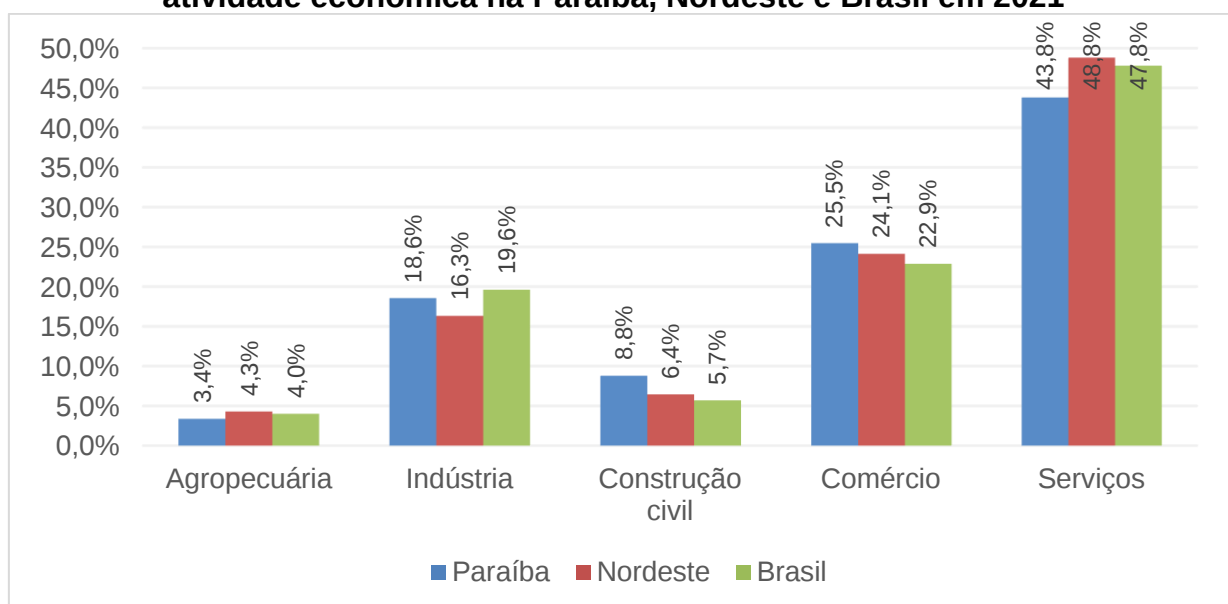
ano, o setor de Serviços deteve 43,8% do total de vínculos empregatícios formais registrados na Paraíba. No Nordeste e no Brasil esses percentuais foram de 48,8% e 47,8%, respectivamente.

O Comércio teve um aumento de 9.421 postos de trabalho no estoque de emprego formal da Paraíba em relação ao contingente verificado em 2020. Vale ressaltar que a participação do referido setor no estoque de emprego formal estadual foi de 25,4% em 2021, ou seja, apesar da pandemia e de seus efeitos adversos no mercado de trabalho, as atividades de comércio varejista e atacadista conseguiram manter a participação percentual observada no ano anterior.

A indústria teve um incremento de 3.265 empregos na Paraíba, desta forma tendo uma geração de empregos pouco expressiva assim como a agropecuária. Por outro lado, a indústria permaneceu sendo um setor com baixa participação na geração de empregos a nível regional e nacional.

A Construção Civil paraibana teve um incremento maior em relação a agropecuária e a indústria quanto ao estoque de emprego formal, pois o setor conseguiu um aumento de 5.799 vínculos empregatícios entre os anos de 2020 e 2021. É oportuno destacar que a contribuição percentual do mencionado setor no estoque de emprego total da Paraíba foi de 8,8%, enquanto no Nordeste e Brasil, a contribuição relativa da construção civil foi menor, de 6,4% e 5,7%, respectivamente.

Gráfico 5 - Distribuição percentual do estoque de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2021



Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

A agropecuária na Paraíba gerou mais empregos, porém de forma menos expressiva, pois de 2020 para 2021 teve um incremento de 1.036. Dessa forma, ainda tendo uma participação na geração de empregos baixa no setor da agropecuária no Nordeste e Brasil.

O Gráfico 5 mostra que o setor de Serviços da Paraíba, em 2021, ainda continuou com a distribuição percentual do estoque de emprego formal abaixo do Nordeste e Brasil. Porém, o setor continuou sendo o mais representativo, assim, como nas demais localidades. O setor de comércio paraibano também teve uma considerável participação no estado e seguiu a tendência de crescimento regional. A Construção Civil paraibana ainda permaneceu acima do Nordeste e Brasil, em razão não só apenas do Decreto nº 40.304, como também de investimentos imobiliários que a cidade de João Pessoa – PB vem atraindo ao longo dos anos.

A distribuição percentual do estoque de emprego formal da indústria na Paraíba apresentou queda, porém, permaneceu acima do Nordeste e Brasil em 2021. Segundo o portal G1 (2021), isso se deve principalmente à adaptação da indústria têxtil paraibana, que reestruturou sua linha de produção para fabricar um maior número de máscaras.

A agropecuária paraibana, por sua vez, continuou abaixo do Nordeste e Brasil, como também não teve variação em sua distribuição percentual. Porém, segundo o Governo da Paraíba (2021), mais de cinquenta municípios receberam o seguro Garantia-Safra até o final do mês de janeiro e fevereiro do mencionado ano. O pagamento, de R\$ 850,00 foi realizado de forma antecipada devido à Covid-19. O programa beneficiou agricultores com perdas de 50% ou mais na produção e com renda de até um salário mínimo e meio. O governo estadual contribuiu com R\$ 5.477.604,00 para a execução do programa. Ou seja, mesmo com resultados abaixo do Nordeste e Brasil, o governo paraibano realizou esforços para minimizar as perdas no setor agropecuário.

A Tabela 16 apresenta o estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica no ano de 2022.

Tabela 16 - Estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2022

Atividade econômica	área geográfica		
	Paraíba	Nordeste	Brasil
Agropecuária	15.226	306.967	1.750.334
Indústria	86.354	1.182.529	8.495.554
Construção Civil	41.661	496.930	2.591.621
Comércio	118.059	1.742.082	9.971.924
Serviços	206.906	3.594.388	21.252.862
Total	468.206	7.322.896	44.062.295

Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

O setor de Serviços em 2022, apresentou um aumento de 11.792 vínculos empregatícios formais na Paraíba e sua participação percentual no estoque de emprego total gravitou em torno de 44,2%. Para o Nordeste e Brasil, o aludido setor teve uma contribuição mais significativa, de 49,1% e 48,2% respectivamente.

O setor de Comércio, por sua vez, teve um aumento de 4.617 postos de trabalho com carteira assinada na Paraíba, entre 2021 e 2022, e manteve a posição de segundo lugar na geração de empregos formais, com uma participação de 25,2%. Ao nível regional e nacional, o mencionado setor também conseguiu se manter na segunda posição quanto ao estoque de emprego.

A Indústria conseguiu se posicionar como o terceiro setor com a maior participação no estoque de emprego formal nos três recortes geográficos. Segundo A União (2023), o que explicaria o satisfatório desempenho da geração de empregos da indústria paraibana seria a expansão da indústria de alimentos, uma vez que foi a que mais faturou, com a quantia de R\$ 5,85 bilhões. A indústria de calçados também contribuiu para a geração de empregos no setor da indústria, pois, o subsetor faturou R\$ 4,26 bilhões e teve um crescimento de 20,3%.

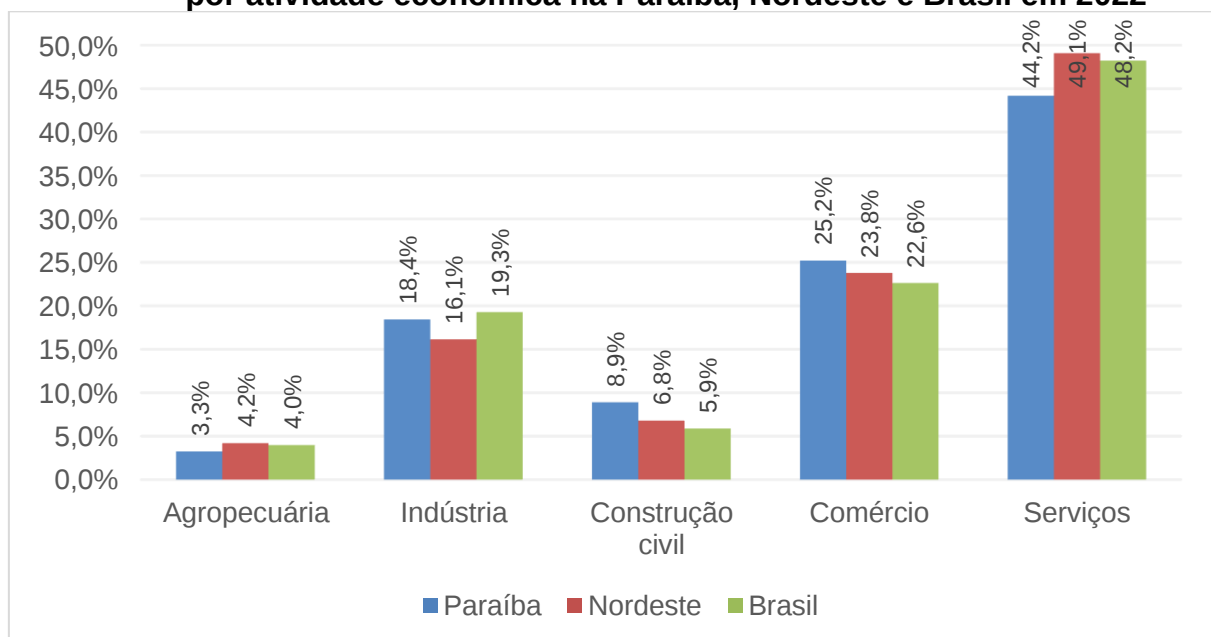
A Construção Civil teve um aumento de 2.477 vínculos empregatícios no estoque de emprego formal paraibano, ou seja, uma variação absoluta inferior ao incremento observado no ano anterior. Este fenômeno pode estar relacionado à retração do setor da Construção Civil em razão do aumento da Taxa Selic no referido ano que ocasionou o encarecimento do financiamento dos imóveis.

Por fim, a agropecuária paraibana teve um aumento de apenas 190 postos de trabalho com carteira assinada, em 2022, em relação a 2021, com uma participação de apenas 3,2% no estoque de emprego estadual. Ao se observar o comportamento do estoque de emprego formal no setor agropecuário do Nordeste e no Brasil,

percebe-se semelhanças quanto à dimensão do agronegócio na geração de empregos com carteira assinada da Paraíba. Na economia regional, o setor agropecuário contribuiu com apenas 4,2% do estoque de emprego formal, enquanto para o país como um todo, essa participação foi de 4,0%. Como já foi mencionado anteriormente, uma característica estrutural da agropecuária brasileira é a elevada participação de ocupações informais.

O Gráfico 6 mostra que o setor de Serviços na Paraíba, em 2022, seguiu a tendência de crescimento regional e nacional na distribuição percentual do estoque de emprego. É importante destacar que, segundo o IBGE (2023) apud Governo da Paraíba (2023), o Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços na Paraíba registrou a segunda maior expansão entre os nove estados do Nordeste, aumentando, assim, a geração de empregos formais.

Gráfico 6 – Distribuição percentual do estoque de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2022



Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

Os setores de Comércio e de Construção Civil paraibanos conseguiram exibir participações percentuais mais elevadas no estoque de emprego formal que as do Nordeste e do Brasil em 2022. Segundo o IBGE (2023) apud Governo da Paraíba (2023), o volume de vendas do comércio varejista estadual fechou o ano de 2022 com a maior taxa de expansão no Brasil.

É importante ressaltar que a contribuição relativa da indústria estadual na geração de empregos com carteira assinada ficou acima da observada para o Nordeste no referido ano. Por outro lado, a agropecuária, nos três recortes espaciais, manteve-se na última posição quanto a geração de empregos formais.

A Tabela 17 apresenta o estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica no ano de 2023. É pertinente observar, também, o movimento do mercado de trabalho num contexto em que a vacinação de toda a população já tinha sido alcançada e a economia do país já experimentava sinais de recuperação de suas atividades produtivas.

Tabela 17 - Estoque de emprego formal na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2023

Atividade econômica	área geográfica		
	Paraíba	Nordeste	Brasil
Agropecuária	15.369	318.806	1.785.470
Indústria	84.118	1.201.784	8.620.621
Construção Civil	46.883	524.155	2.748.069
Comércio	124.000	1.811.410	10.246.841
Serviços	216.935	3.760.279	22.116.274
Total	487.305	7.616.434	45.517.275

Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

Em 2023, o estoque de emprego formal no setor de Serviços na Paraíba registrou um aumento de 10.029 postos de trabalho formais, o que representou um aumento percentual de 4,8% em relação ao ano de 2022. No entanto, esse crescimento relativo foi inferior ao observado entre os anos de 2021 e 2022, que gravitou em torno de 6%. Essa desaceleração na criação de empregos, juntamente com o aumento modesto da participação, pode ser atribuída à maior estabilidade econômica em 2023, o que resultou em um crescimento mais contido no estoque de emprego formal.

O setor de Comércio exibiu um aumento de 5.941 novos vínculos empregatícios, o que correspondeu a uma variação relativa de 5% no estoque de emprego formal em relação ao ano anterior. Chama atenção o fato de que a capacidade de geração de novos empregos formais para o Nordeste e Brasil no mencionado setor foi mais modesta, de 3,9% e 2,7, respectivamente.

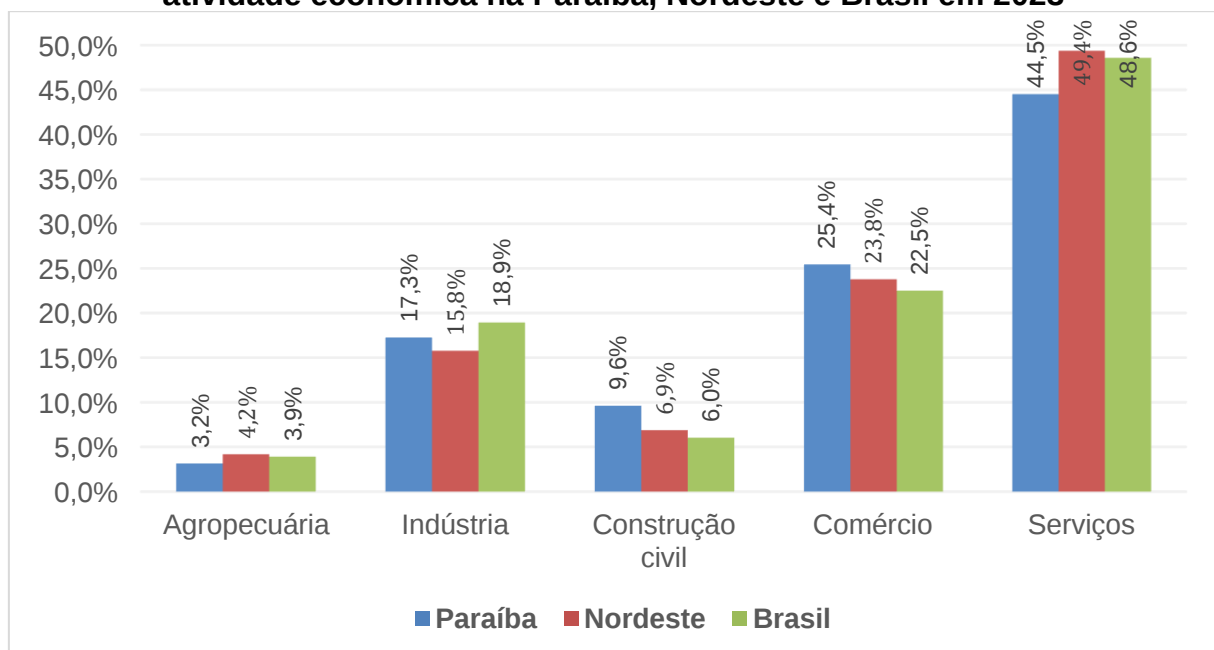
A indústria paraibana teve uma diminuição de 2.236 postos de trabalho formais em relação ao ano de 2022. É possível que essa queda esteve associada, em parte,

à demissão de 1.200 funcionários pela empresa Alpargatas numa unidade de produção em Campina Grande, em 2023.⁶

Por sua vez, a Construção Civil teve um aumento de 5.222 postos de trabalho no estoque de emprego formal na Paraíba. Além disso, a participação relativa do setor no estoque de emprego estadual teve uma participação de 8,94%. Esse aumento do setor, tanto na geração de empregos estaduais quanto na participação regional pode ser explicado pela diminuição da taxa Selic. Em 2023, o Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciou um ciclo de cortes na Selic, que estava em 13,75% e encerrou o ano em 11,75%. É provável que o declínio da taxa básica possa ter estimulado o financiamento habitacional, consequentemente gerando mais empregos na construção de edifícios e obras de infraestrutura nos três recortes geográficos de forma expressiva.

A agropecuária paraibana teve um aumento de apenas 143 vínculos empregatícios no estoque de emprego formal no mencionado ano. A participação do setor foi de 4,82% no estoque de emprego estadual, ou seja, foi inferior a participação do ano de 2022.

Gráfico 7 - Distribuição percentual do estoque de emprego formal por atividade econômica na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2023



Fonte: Novo Caged. Elaboração própria.

⁶ Ver Alpargatas de Campina Grande pretende demitir cerca de 1.200 funcionários - Blog do Alisson Nascimento

Porém, mesmo com um desempenho desfavorável, segundo a EMPAER (2023), no ano de 2023 foi lançada a Expofeira Paraíba Agronegócios, evento que contou com a presença de autoridades estaduais do agronegócio. Além disso, o evento tinha como estimativa reunir 100 mil pessoas e R\$ 20 milhões em negócios. Ou seja, mesmo com um desempenho pouco favorável do mercado de trabalho do setor, o Governo Estadual da Paraíba realizou incentivos a fim de contribuir com o aumento dos investimentos da produção agrícola e pecuária estaduais.

O setor de Serviços paraibano aumentou sua distribuição percentual do estoque de emprego formal em 2023. Segundo o IBGE (2024) apud Governo da Paraíba (2024), o setor de serviços na Paraíba cresceu 8,5% e teve a maior expansão do Nordeste. O Comércio na Paraíba também teve aumento em sua distribuição percentual do estoque de emprego.

A Construção Civil, por sua vez, teve um aumento na participação no estado, assim tendo aumento nos 4 anos. A indústria paraibana em 2023 teve queda em sua participação, porém, continuou acima do Nordeste. Por fim, a agropecuária paraibana teve queda em sua representatividade em 2023 no estoque de empregos no estado.

4.4 Perfil do emprego: celetistas e estatutários (RAIS)

Na Tabela 18, apresenta-se a quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários com o objetivo de se discutir os possíveis movimentos no perfil de emprego na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2020 e 2023.

Tabela 18 - Quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2020 e 2023

Regime de trabalho	Área geográfica					
	Paraíba		Nordeste		Brasil	
	2020	2023	2020	2023	2020	2023
Celetista	385.325	481.122	5.870.513	7.238.498	36.637.748	44.046.559
Estatutário	114.345	74.980	1.418.467	1.165.325	6.169.561	4.970.411
Total	499.670	556.104	7.288.980	8.403.823	42.807.309	49.016.970

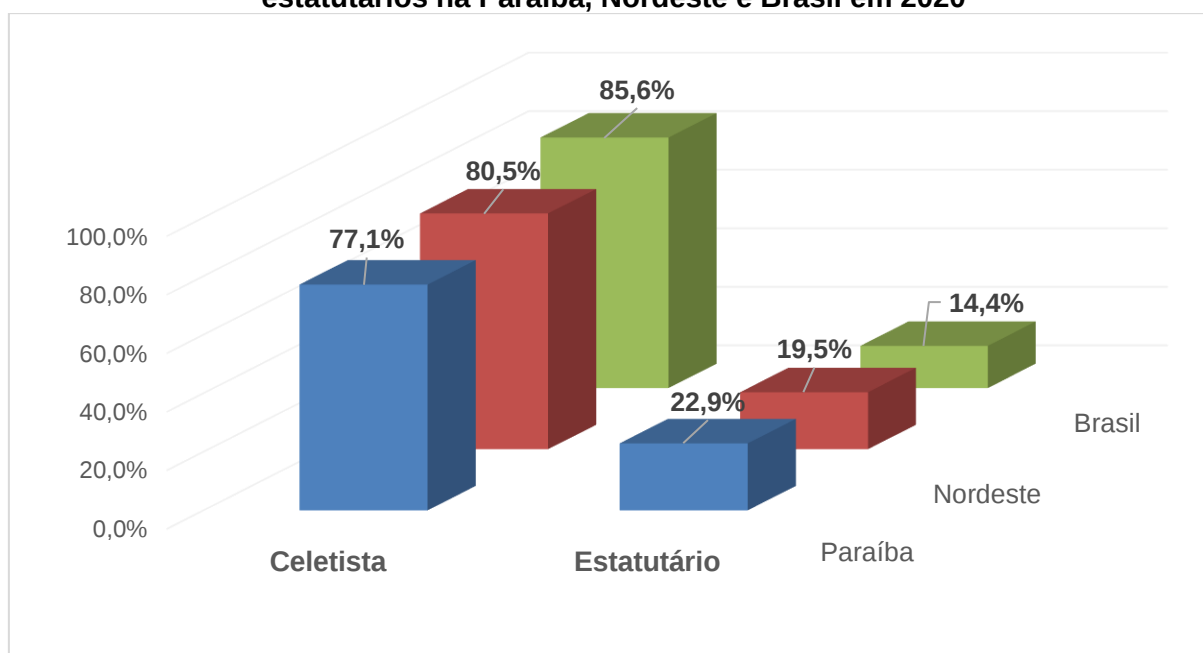
Fonte: RAIS. Elaboração Própria.

Em relação ao regime trabalhista celetista, a Paraíba teve um incremento de 95.797 empregos, entre 2020 e 2023, o que representou uma variação de 24,86%. Esse aumento relativo foi superior aos observados para o Nordeste e Brasil que registraram variações de 23,30% e 20,22%, respectivamente.

Por outro lado, observou-se que a quantidade de empregos estatutários declinou nos três recortes geográficos pesquisados. Na Paraíba, o número de trabalhadores com vínculo de trabalho regido por estatutos específicos e leis públicas sofreu uma diminuição de 39.365 postos de trabalho entre 2020 e 2023, o que correspondeu a uma variação negativa de 34,42%. No Nordeste, houve uma queda de 253.142 empregos estatutários (-17,84%) e, no Brasil, foi registrada uma retração de 1.199.150 empregos (-19,43%).

É oportuno destacar que, os Entes Públicos, durante a pandemia, publicaram decretos suspendendo gastos com o objetivo de dar cumprimento aos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por outro lado, segundo o Atlas do Estado Brasileiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a quantidade de servidores públicos, em 2022, representava 12,45% do total de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Essa participação relativa estava abaixo dos percentuais observados para os Estados Unidos, Europa e países vizinhos.⁷

Gráfico 8 - Distribuição percentual da quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2020



Fonte: RAIS. Elaboração própria.

Ao observar o Gráfico 8, é evidente que a Paraíba, em relação ao regime celetista, possuía uma menor participação percentual na quantidade de trabalhadores

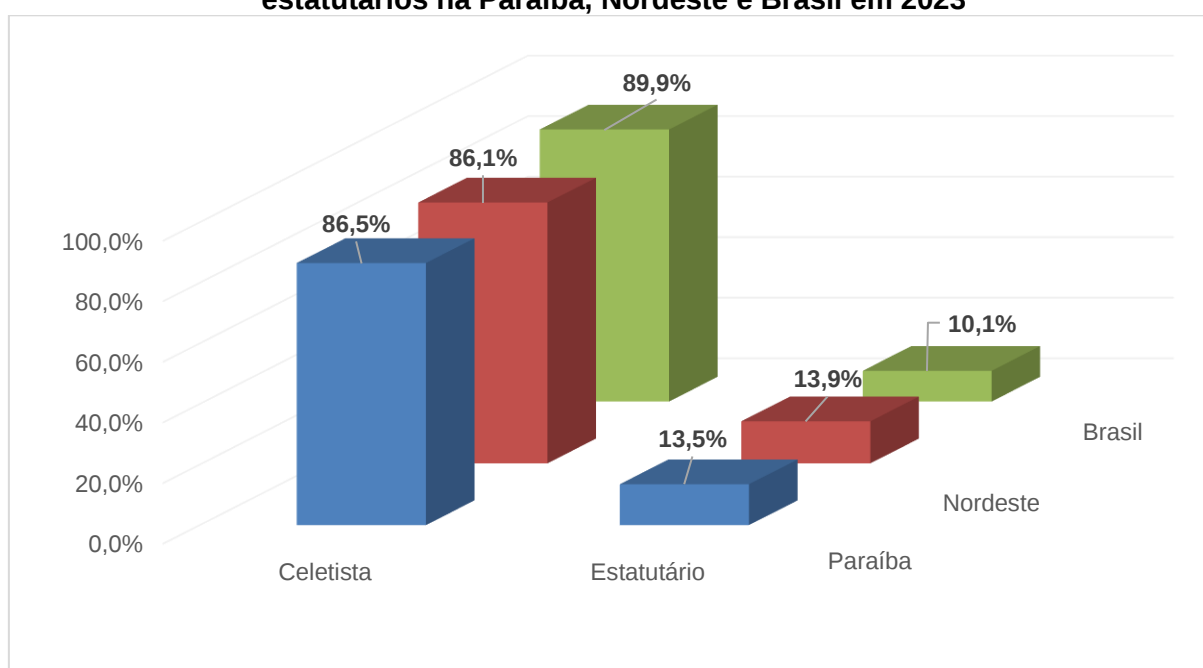
⁷ Ver Atlas do Estado Brasileiro v.2.6.4a -

em relação ao Nordeste e Brasil, porém, em relação aos estatutários, a contribuição relativa da Paraíba foi superior aos demais recortes espaciais. É possível que esse fenômeno esteja relacionado ao nível ainda modesto da industrialização estadual, o que gera, em consequência, uma maior dependência do estado das atividades da administração pública.

A Paraíba é formada por 223 municípios, dos quais, segundo o IBGE, 140 municípios têm menos de 10.000 habitantes. Os indicadores sociodemográficos e econômicos dessas localidades, em geral, não apresentam desempenho satisfatório. Os recursos orçamentários das prefeituras, assim como as atividades públicas executadas nessas esferas subnacionais passam a ter um papel relevante na circulação da renda e na geração de empregos formais. Daí a importância que adquire os empregos públicos nos pequenos municípios.

Dessa forma, essa diferença entre os regimes de contratação na Paraíba em relação ao Nordeste e ao Brasil reforça a importância de políticas públicas voltadas para o incentivo do crescimento do setor privado para equilibrar a distribuição dos tipos de vínculos empregatícios e alavancar o desenvolvimento econômico do estado paraibano.

Gráfico 9 - Distribuição percentual da quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2023



Fonte: RAIS. Elaboração própria.

O Gráfico 9 mostra que em 2023 houve aumento da distribuição percentual da quantidade de trabalhadores celetistas nos três recortes geográficos, desta forma, refletindo a recuperação do número de trabalhadores no setor privado pós-pandemia. Porém, o número de estatutários diminuiu nas três localidades, principalmente na Paraíba.

A diminuição do número de estatutários a nível nacional pode ser explicada pela desaceleração na realização de concursos públicos, como também políticas de ajuste fiscal que limitaram novas contratações e o aumento das aposentadorias sem reposição de novos servidores durante o governo Bolsonaro. Ademais, a priorização de contratações temporárias e terceirizadas em alguns setores pode ter contribuído para essa queda do número de estatutários.

A Tabela 19 apresenta a quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil no ano de 2020 por atividade econômica. Ou seja, o objetivo de análise dos resultados desta tabela é mostrar a distribuição dos trabalhadores por setor, destacando posteriormente aumentos, diminuições e variações pelos três recortes geográficos.

Tabela 19 - Quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2020

Atividade econômica	área geográfica					
	Paraíba		Nordeste		Brasil	
	Celetista	estatutário	Celetista	estatutário	Celetista	estatutário
Agropecuária	14.963	10	239.250	834	1.436.001	4.324
Indústria	73.714	23	1.034.789	1259	7.704.504	16.567
Const. Civil	27.952	0	357.920	1361	1.939.291	3.062
Comércio	102.976	0	1.538.671	0	8.934.296	10
Serviços	165.720	114.312	2.699.883	1.415.013	16.623.656	6.145.598
Total	385.325	114.345	5.870.513	1.418.467	36.637.748	6.169.561

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

Ao observar a Tabela 19, pode-se perceber que há diferenciais significativos na distribuição do perfil de empregos entre estatutários e celetistas por atividade econômica. Servidores estatutários são funcionários públicos que atuam em instituições públicas como ministérios, órgãos públicos, secretarias estaduais e municipais, autarquias e fundações, regidos por um estatuto próprio. Por sua vez, o regime celetista se reporta à contratação de funcionários sob as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aplicável tanto no setor público quanto privado, o que garante o acesso a direitos trabalhistas específicos.

Nota-se que em torno de 99,9% dos empregos estatutários estavam no setor de Serviços tanto no mercado de trabalho formal da Paraíba como no Nordeste e Brasil em 2020. No setor de Serviços, estão os serviços de educação, saúde, defesa e segurança pública. No pacto federativo brasileiro, cabem às esferas subnacionais a provisão desses serviços. Segundo a Constituição Federal de 1988, as prefeituras devem oferecer educação e saúde básicas além de assistência social e segurança pública. Desse modo, a participação de servidores estatutários no quadro funcional desses entes federativos que prestam os mencionados serviços geralmente é expressiva, assim como ao nível dos governos estaduais que oferecem ensino médio e possuem diversas secretarias com atribuições específicas onde há uma grande quantidade de servidores estatutários.

No âmbito federal, os diversos órgãos e autarquias que compõem a administração indireta possuem um quadro funcional considerável para dar conta de importantes atividades governamentais que são necessárias para a execução das políticas públicas.

Por outro lado, é oportuno destacar a posição majoritária do setor de Serviços na geração de empregos celetistas nas três dimensões espaciais pesquisadas na pesquisa. Na Paraíba, em 2020, o referido setor detinha 43% desse perfil de emprego. No mercado de trabalho formal do Nordeste essa participação relativa foi de 46% e no Brasil, de 45%.

No setor industrial, a quantidade de empregos estatutários foi bem inferior ao número de celetistas, no ano de 2020, tanto na Paraíba como para o Nordeste e Brasil. Esse fenômeno está associado ao fato de que a maior parte das empresas que atuam nos diversos segmentos do setor industrial são empreendimentos de capital privado. Os empregos estatutários na indústria estão associados aos serviços industriais de utilidade pública como o abastecimento de água que, em vários estados brasileiros, ainda são realizados por empresas públicas. Por sua vez, nos mercados de trabalho dos setores agropecuário e da Construção Civil também há a predominância de empregos celetistas.

A Tabela 20 mostra a quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil no ano de 2023, o último ano da série temporal que foi objeto de estudo desta pesquisa. Procurou-se observar como se configurava a distribuição entre celetistas e estatutários na fase final da pandemia da Covid-19.

Tabela 20 - Quantidade de trabalhadores celetistas e estatutários na Paraíba, Nordeste e Brasil por atividade econômica em 2023

Atividade econômica	área geográfica					
	Paraíba		Nordeste		Brasil	
	Celetista	estatutário	Celetista	estatutário	Celetista	estatutário
Agropecuária	14.383	10	305.870	855	1.757.718	927
Indústria	82.474	104	1.213.540	926	8.865.367	17.817
Const. civil	49.511	121	517.759	962	2.656.216	1.669
Comércio	123.474	0	1.799.761	0	10.176.011	14
Serviços	211.280	74.745	3.401.568	1.162.582	20.591.247	4.949.715
Total	481.122	74.980	723.498	1.165.325	44.046.559	4.970.142

Fonte: RAIS. Elaboração Própria.

O setor da agropecuária paraibana sofreu uma perda de 577 vínculos empregatícios formais, em 2023, em comparação ao ano de 2020. Por outro lado, constatou-se que o número de celetistas aumentou significativamente, entre 2020 e 2023, no referido setor no Nordeste e no Brasil. Importante ressaltar que, no setor agropecuário da Paraíba, predomina a agricultura familiar e a presença de trabalho informal. Portanto, são ocupações que estão à margem do trabalho com carteira assinada. Por sua vez, Moreira, Carvalho e Farias (2019) destacam que o PIB do setor agropecuário apresentou um declínio considerável ao longo do tempo, o que se reflete também na frágil capacidade do setor de gerar empregos formais.

O setor da Indústria exibiu aumento na quantidade de celetistas e de estatutários na Paraíba entre 2020 e 2023, além disso, com a recuperação econômica após a crise pandêmica, houve aumento significativo também no número de celetistas no Nordeste e no Brasil.

A Construção Civil registrou uma expansão no número de trabalhadores celetistas com a gradual reanimação da economia estadual entre 2020 e 2023. Observou-se que, em 2023, 121 vínculos estatutários foram registrados no referido setor, o que possivelmente esteja associado a realização de obras e construções por órgãos públicos. No Nordeste, também ocorreu um crescimento notório na quantidade de trabalhadores celetistas na Construção Civil, entretanto houve diminuição dos estatutários. Em relação ao recorte nacional, observou-se um incremento nos dois perfis de emprego formal.

O Comércio apresentou uma expressiva recuperação no número de celetistas, como também na Paraíba, no Nordeste e no Brasil. Por fim, o setor de Serviços exibiu crescimento na quantidade de celetistas nos três recortes geográficos pesquisados

entre 2020 e 2023. Porém, houve diminuição em relação ao número de estatutários nos três espaços geopolíticos citados.

4.5 Nível de rendimento médio nominal

Esta seção tem como objetivo discutir o comportamento do nível de rendimento médio nominal nos estados nordestinos, entre os anos de 2020 e 2023, como também analisar de forma comparativa a evolução desse indicador na Paraíba, Nordeste e Brasil.

A Tabela 21 apresenta a remuneração média nominal dos trabalhadores dos estados nordestinos e é possível constatar alguns fenômenos ao longo do período que vai de 2020 a 2023. Os resultados da pesquisa evidenciaram que, no primeiro ano pandêmico, havia assimetrias no nível médio de remuneração entre as unidades federativas que compõem a região nordestina. Os estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e Bahia foram os que ocuparam a primeira, segunda e terceira posições respectivamente. Ainda assim, os patamares observados ficaram abaixo do nível médio verificado para o Brasil.

A Paraíba ficou em penúltimo lugar no ranking, com uma remuneração média nominal dos trabalhadores formais em torno de R\$ 2.264,13, e o estado de Alagoas ocupou a última posição. Como foi discutido no capítulo teórico, os diferenciais de desempenho econômico entre os estados nordestinos se acentuaram desde as mudanças que ocorreram na base produtiva regional, a partir de 1959, com a instalação da Sudene. Os estados que detinham bases de recursos minerais que se adequavam aos requerimentos da indústria sediada no Sudeste alavancaram suas estruturas industriais à frente das demais. Portanto, as assimetrias são estruturais e, no contexto da pandemia, elas se intensificaram.

Tabela 21 - Remuneração média nominal dos trabalhadores formais nos estados do Nordeste de 2020 a 2023 (em R\$)

	2020	2021	2022	2023
Maranhão	R\$ 2.480,06	R\$ 2.561,31	R\$ 3.087,35	R\$ 2.761,97
Piauí	R\$ 2.448,75	R\$ 2.526,45	R\$ 3.061,16	R\$ 2.863,05
Ceará	R\$ 2.342,28	R\$ 2.462,67	R\$ 2.963,31	R\$ 2.560,00
Rio Grande do Norte	R\$ 2.511,71	R\$ 2.602,48	R\$ 3.103,97	R\$ 2.880,39
Paraíba	R\$ 2.264,13	R\$ 2.378,46	R\$ 2.875,58	R\$ 2.540,37
Pernambuco	R\$ 2.451,61	R\$ 2.569,30	R\$ 3.130,95	R\$ 2.782,12
Alagoas	R\$ 2.269,84	R\$ 2.375,31	R\$ 2.850,58	R\$ 2.570,46
Sergipe	R\$ 2.608,19	R\$ 2.679,43	R\$ 3.312,86	R\$ 2.806,33
Bahia	R\$ 2.492,89	R\$ 2.552,29	R\$ 3.145,14	R\$ 2.861,91
Nordeste	R\$ 2.432,27	R\$ 2.525,43	R\$ 3.069,11	R\$ 2.746,41
Brasil	R\$ 2.924,32	R\$ 3.081,34	R\$ 3.861,09	R\$ 3.348,83

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

Entre os anos de 2020 e 2022, observa-se que houve aumento da remuneração média nominal dos trabalhadores formais para todos os estados da região assim como para o Nordeste e para o Brasil, o que reflete a gradual reanimação da economia durante a crise sanitária da Covid-19 e a melhora das condições salariais no mercado de trabalho formal. No entanto, é oportuno realçar que a intensidade desse aumento foi diferenciada. Alguns estados exibiram variações percentuais mais significativos.

O estado de Pernambuco apresentou a variação relativa de 38%, na remuneração média nominal entre os anos de 2020 e 2022, a mais alta entre os estados do Nordeste. Os estados do Ceará, Sergipe e Paraíba ocuparam o segundo lugar e alcançaram a mesma variação percentual, de 27%. Alagoas e Bahia ficaram em terceiro lugar, com uma variação de 26%.

Porém, houve uma queda acentuada no nível de remuneração média nominal em todos os estados no ano de 2023. Os estados que tiveram as maiores quedas nas remunerações foram: Sergipe (R\$ -506,53), Ceará (R\$ -403,31) e Pernambuco (R\$ -348,83). A Paraíba teve uma queda de R\$ 335,21 e ficou como o último estado nas remunerações em 2023.

Pode-se aludir que o declínio observado no referido indicador em todos os estados nordestinos esteja relacionado principalmente ao fim das políticas de estímulo à economia durante a pandemia de Covid-19 retraindo o nível geral de transferências governamentais e o consumo e, em consequência, os salários.

Após a análise da Tabela 21, fica evidente ainda mais as disparidades entre os estados nordestinos em relação a remuneração, e isso mostra o quão heterogêneo é

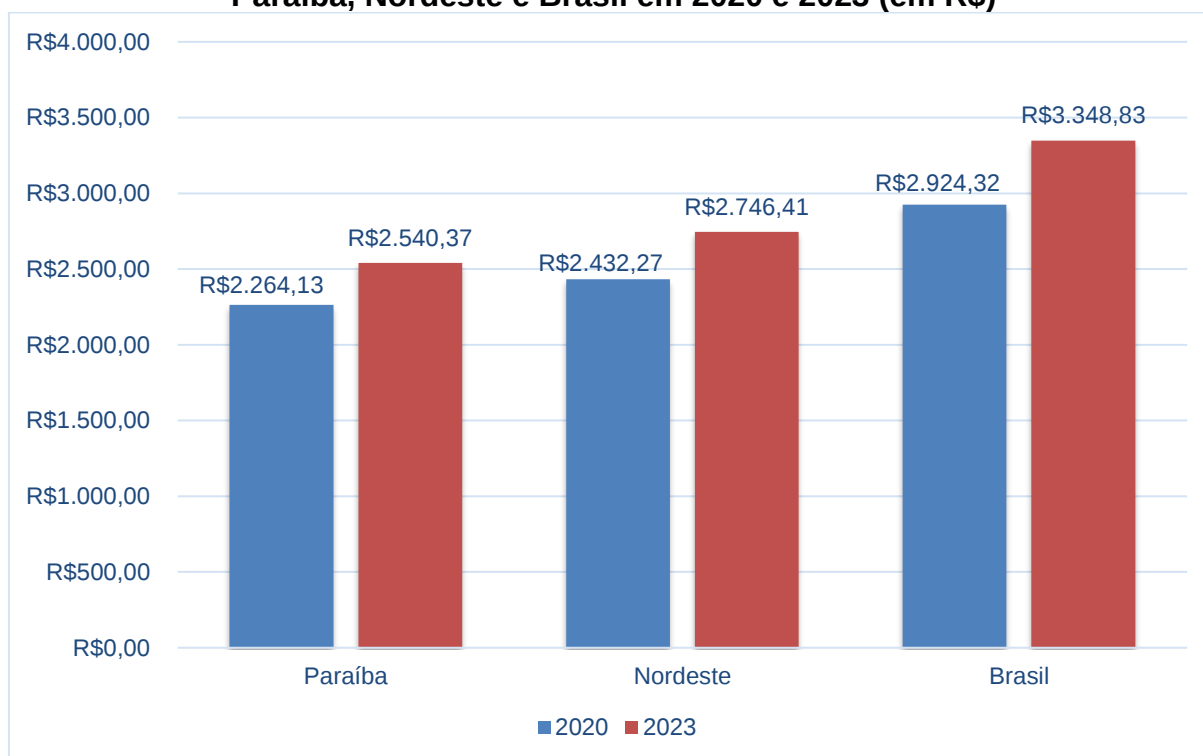
o Nordeste. Ficou claro que, ao longo de 2020 a 2023, Bahia e Pernambuco, estados dos quais recebiam maior parte dos incentivos para o desenvolvimento industrial tiveram um ótimo desempenho ao longo do tempo. É importante salientar que mesmo o fato do estado do Ceará ter recebido grandes projetos industriais ao longo dos anos junto com Bahia e Pernambuco, o estado cearense não apresentou remunerações expressivas.

Os estados como Bahia e Pernambuco, que receberam maiores investimentos ao longo do tempo, tiveram remunerações bem superiores em relação aos outros estados nordestinos. Por outro lado, estados como Paraíba e Alagoas, que tiveram menores investimentos ao longo da história para o desenvolvimento de suas indústrias, apresentaram as menores remunerações médias nominais.

O Gráfico 10 mostra a remuneração média nominal dos trabalhadores formais na Paraíba, Nordeste e Brasil nos anos de 2020 e 2023. O principal objetivo do gráfico é realizar a comparação da remuneração média nominal da Paraíba com a média do Nordeste e do Brasil. Como já foi visto na Tabela 21, a Paraíba ficou entre os últimos estados do Nordeste em relação a remuneração média nominal, desta forma, o gráfico 10 mostrará como a Paraíba está em relação à média regional e nacional, porém de forma agregada.

Em 2020, a Paraíba tinha uma remuneração de R\$ 2.264,13 e em 2023, houve um aumento, assim, fazendo com que o estado paraibano alcançasse R\$ 2.540,37. O crescimento da remuneração média nominal da Paraíba de 2020 para 2023 teve uma variação positiva de 12,2%.

Gráfico 10 - Remuneração média nominal dos trabalhadores formais na Paraíba, Nordeste e Brasil em 2020 e 2023 (em R\$)



Fonte: RAIS. Elaboração própria.

A remuneração do Nordeste foi de R\$ 2.432,27 em 2020, subindo para R\$ 2.746,41 em 2023. A variação nominal do Nordeste de 2020 para 2023 foi de 12,9%, ou seja, um pouco superior a variação registrada da Paraíba.

O Brasil por sua vez, teve uma remuneração de R\$ 2.924,32 em 2020, e em 2023 passou para R\$ 3.348,83, representando um crescimento de 14,5%. Dessa forma, a remuneração média brasileira superou tanto a do Nordeste quanto a da Paraíba em 2020 e 2023.

Portanto, o gráfico mostra de forma agregada, que a Paraíba está abaixo significativamente tanto do Nordeste, quanto do Brasil, além disso, o estado paraibano de 2020 para 2023 teve uma variação nominal inferior ao Nordeste e Brasil. O Nordeste por sua vez, apresenta valores abaixo da média brasileira. Dessa forma, pode-se entender que o gráfico evidencia disparidades econômicas e de renda consideráveis entre os recortes geográficos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo principal analisar o mercado de trabalho formal da Paraíba no contexto nordestino e nacional, utilizando indicadores como saldo e estoque de emprego formal por setor, quantidade de celetistas e estatutários, como também por meio do rendimento médio nominal.

Observou-se uma expressiva recuperação nos setores de Serviços e Comércio paraibanos em relação ao saldo de emprego e estoque de emprego formal entre os anos de 2020 e 2023. Isso indica que, embora tenham sido os dois setores mais impactados pela pandemia da Covid-19, ambos apresentaram uma rápida reanimação na capacidade de gerar novas ocupações com carteira assinada. Foi notório, também, o desempenho superior desses setores no mercado de trabalho da Paraíba, em comparação ao Nordeste e no Brasil.

A Construção Civil apresentou forte sazonalidade tanto no saldo de empregos formais quanto no estoque de empregos, isso pode ser explicado pelas mudanças da política monetária feitas pelo Bacen em 2022. Porém, o setor da Construção Civil conseguiu se recuperar rapidamente no saldo de emprego e no estoque de emprego formal em 2023, principalmente na Paraíba. Isso pode ser explicado por causa da taxa de juros favorável aos empreendimentos e financiamentos no mercado imobiliário.

A Indústria paraibana conseguiu manter um bom desempenho comparativamente a região nordestina e ao Brasil durante a pandemia em relação ao saldo de emprego formal e estoque de emprego até o ano de 2022. Porém, observa-se que a indústria paraibana apresentou um acentuado declínio percentual na capacidade de gerar novos vínculos empregatícios formais em 2023, o que possivelmente esteve associado a demissão em massa de uma empresa do setor calçadista.

O setor da Agropecuária foi o menos impactado durante a pandemia em relação ao saldo de emprego formal nos três recortes geográficos analisados. É provável que esse fenômeno esteja associado a uma distorção estrutural do agronegócio no país onde se observa uma grande participação de trabalhos informais. O setor agropecuário, na Paraíba, possui pouca capacidade de geração de empregos com carteira assinada por ser predominantemente familiar e de subsistência.

Os resultados da pesquisa sobre o nível de rendimento médio nominal dos estados nordestinos demonstraram que há diferenciações no valor dos rendimentos

entre os estados da federação, tendo em vista que os estados que foram mais favorecidos com incentivos às suas indústrias desde a implantação da SUDENE, foram os que exibiram os maiores níveis de remuneração média dos empregos formais na série histórica de 2020 a 2023. Constatou-se, também, que à medida que a crise sanitária da Covid-19 ia sendo relativamente controlada com o avanço da vacinação e as medidas de saúde pública, as economias estaduais deram sinais de recuperação e houve uma gradual melhora nos níveis de rendimento.

Por fim, a pesquisa realizada, mesmo conseguindo alcançar os objetivos de análise do mercado de trabalho formal paraibano em comparação ao nível regional e nacional, apresentou a limitação do uso dos dados agregados do Nordeste e do Brasil, tendo como exceção apenas o uso dos dados desagregados do Nordeste por estado no rendimento médio nominal. O uso de dados agregados do Nordeste e do Brasil ocorreram por razão da falta de tempo hábil de uma análise mais aprofundada. Assim, sugere-se a realização de estudos futuros que possam desagregar os dados por estados na maioria dos indicadores para possibilitar uma análise mais detalhada.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Diogo Daniel Bandeira de; TARGINO, I. **A evolução da indústria de transformação da Paraíba na década de 2000**. In Revista Economia e Desenvolvimento, Recife, UFPE, v. 15, p. 129-150, 2016.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos avançados**, v. 11, p. 7-36, 1997.

A UNIÃO. **Indústria cresce 6,5% na PB e fica em 1º lugar no NE**. A União, 20 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.auniao.pb.gov.br/noticias/economia/industria-cresce-6-5-na-pb-e-fica-em-1o-lugar-no-ne>>. Acesso em: março de 2025.

BACELAR, Tânia. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste**. Recife: Fundaj, 2002.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)**. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/finor>>. Acesso em: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros. Banco Central**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. Acesso em: maio de 2025.

CARVALHO, Rejane Gomes; FARIAS, Wanderleya dos Santos. **As condições diferenciadas de desenvolvimento na Paraíba**. In OLIVEIRA, R. V. de; RODGERS, Gerry(orgs). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo, Annablume, 2021.

DE AQUINO, Joacir Rufino; DO NASCIMENTO, Carlos Alves. **Efeitos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho do Nordeste**. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p. 184-194, 2020.

EMPRESA PARAIBANA DE PESQUISA, EXTENSÃO RURAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. **Governo do Estado faz lançamento da Expofeira Paraíba Agronegócios 2023**. EMPAER, 5 set. 2023. Disponível em: <<https://empaer.pb.gov.br/noticias/governo-do-estado-faz-lancamento-da-expofeira-paraiba-agronegocios-2023>>. Acesso em: março de 2025.

FARIAS, Wanderleya dos Santos. **A expansão modernizante integrada da indústria de transformação do Nordeste do Brasil no período de 1959-1980**. Dissertação de Mestrado, PPGE/UFPB, Editora Universitária/UFPB, 1993.

FEIJÓ, Janaína; FERREIRA, Giovana. **Análise do mercado de trabalho formal em 2023**. 2024.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, 32ª edição, São Paulo, 2005.

G1. Capital mundial das redes: **São Bento é a principal exportadora e uma das grandes produtoras têxteis da Paraíba**. G1, 4 maio 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/especial-publicitario/fiep/espaco-da->

industria/noticia/2021/05/04/capital-mundial-das-redes-sao-bento-e-a-principal-exportadora-e-uma-das-grandes-produtoras-texteis-da-paraiba.ghml>. Acesso em: fevereiro de 2025.

GALVÃO, Antônio C.F. **O capital oligopólio em marcha sobre a periferia nordestina: evolução da organização territorial, divisão territorial do trabalho e complementaridade industrial**. São Paulo, 1987. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GTDN. **Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste**. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Trajetória econômica de uma região periférica**. Estudos Avançados, v. 11, p. 37-54, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Artigos – Atlas do Estado Brasileiro**. Brasília: Ipea, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasestado/artigos/0/todos>>. Acesso em: março de 2025.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo. **Notas sobre a formalização estudo de caso: Brasil**. FORLAC/OIT - Organização Internacional do Trabalho, 2014. Disponível em: <wcms_245624.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2025.

LEÃO, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva. **Impactos da Pandemia no Mercado de Trabalho**. Fortaleza: BNB, ano 9, n. 1, fev. 2024. (Informe Etene)

MENDES, Constantino Cronemberger et al. **A Paraíba no contexto nacional, regional e interno**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1726, 2012.

MOREIRA, Ivan Targino; CARVALHO, Rejane Gomes; FARIAS, Wanderleya dos Santos. **Desempenho da economia paraibana no início do século XXI**. Revista BNB Conjuntura Econômica, 2019.

NASCIMENTO, Alisson. **Alpargatas de Campina Grande pretende demitir cerca de 1.200 funcionários**. Blog do Alisson Nascimento, 6 jul. 2023. Disponível em: <<https://blogdoalissonnascimento.com.br/alpargatas-de-campina-grande-pretende-demitir-cerca-de-1-200-funcionarios/>>. Acesso em: março de 2025.

OLIVEIRA, R. V. D. **Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica**. Estudos Avançados, v. 30, n. 87, p. 49-73, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. **Caminhos do desenvolvimento regional: da Sudene à Guerra Fiscal**. In: OLIVEIRA, R. V. de; RODGERS, Gerry (orgs.). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021a.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. **Implicações regionais dos reveses socioeconômicos do Brasil atual**. In: OLIVEIRA, R. V. de; RODGERS, Gerry (orgs.). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021b.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. **O Nordeste nos tempos das políticas neodesenvolvimentistas**. In: OLIVEIRA, R. V. de; RODGERS, Gerry (orgs.). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021. Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021c.

ORAIR, Rodrigo Octávio, GOBETTI, Sergio Wulff. **Do Expansionismo à austeridade: a política fiscal em período recente**. Boletim de Análise Político-institucional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nº 12 |Jul.-dez. 2017. Disponível em: <BAPI_n12_Expansionismo.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2025.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar**. Researchgate, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_no_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar>. Acesso em: março de 2025.

PARAÍBA. **Decreto nº 40.304, de 12 de junho de 2020. Dispõe sobre a adoção do plano "Novo Normal Paraíba" e estabelece medidas para retomada gradual e segura das atividades no estado da Paraíba, no contexto da pandemia da Covid-19**. Diário Oficial do Estado da Paraíba, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-do-estado-apresenta-plano-de-retomada-gradual-e-segura-das-atividades-na-paraiba/DecretoNovoNormalPBconvertido.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2025.

PARAÍBA. **Governo libera pagamento do Garantia Safra**. Portal do Governo da Paraíba, 27 fev. 2021. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-agricultura-familiar-e-desenvolvimento-do-semiarido/noticias/governo-libera-pagamento-do-garantia-safra>>. Acesso em: fevereiro de 2025.

PARAÍBA. **Setor de serviços na Paraíba cresce 8,5% e registra maior expansão do Nordeste em 2023, revela IBGE**. *Portal do Governo da Paraíba*, 15 fev. 2024. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/setor-de-servicos-na-paraiba-cresce-8-5-e-registra-maior-expansao-do-nordeste-em-2023-revela-ibge>>. Acesso em: fevereiro de 2025.

PARAÍBA. **Setor de serviços na Paraíba registra segunda maior expansão do Nordeste em 2022, revela IBGE**. *Portal do Governo da Paraíba*, 24 jan. 2023. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/setor-de-servicos-na-paraiba-registra-segunda-maior-expansao-do-nordeste-em-2022-revela-ibge>>. Acesso em: fevereiro de 2025.

PARAÍBA. **Varejo da Paraíba fecha 2022 com maior taxa de crescimento do país**. *Portal do Governo da Paraíba*, 18 jan. 2023. Disponível em:

<<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/varejo-da-paraiba-fecha-2022-com-maior-taxa-de-crescimento-do-pais>>. Acesso em: fevereiro de 2025.

PAULANI, Leda Maria. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, pp. 135-155, jan.-jun. 2017.

PDET. Ministério do Trabalho e Emprego. **Novo CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/o-que-e-o-novo-caged>>. Acesso em: janeiro de 2025.

PDET. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS Básico – Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, s.d. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: janeiro de 2025.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

POLARI, Rômulo Soares. **A Paraíba que podemos ser: da crítica à ação contra o atraso**. Editora Universitária da UFPB, 2012.

SENADO FEDERAL. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. *Senado Notícias*, 28 dez. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: maio de 2025.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. **Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. Center for Economic and Policy Research, 2015.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; DE ARAÚJO, Juliana Bacelar. **Mercado de trabalho formal no Nordeste: uma análise do período 2004-2017**. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 50, n. 1, p. 23-45, 2019.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **O que é? – Índice de Gini**. *Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, ano 1, n. 4, nov. 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?Itemid=23&id=2048%3Acatid%3D28&option=com_content>. Acesso em: maio de 2025.